



IJSN - Instituto Jones dos Santos Neves

2017

06

CADERNOS DA JUVENTUDE

Juventude e Mercado de Trabalho Formal e sua Distribuição Geográfica no Espírito Santo

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN



Juventude e Mercado de Trabalho Formal e sua Distribuição Geográfica no Espírito Santo

Vitória, junho 2017

Instituto Jones dos Santos Neves
Juventude e mercado de trabalho formal e sua distribuição
geográfica no Espírito Santo. Vitória, ES, 2017.

57p.; il. Tab. (Cadernos da juventude, 06)
ISBN: 978-85-8370-041-8

1.Juventude. 2.Jovens. 3.Mercado de Trabalho. 4.Emprego
Formal. 5.Espírito Santo(Estado). I.Pereira, Vicente Paulo da
Costa. II.Toscano, Victor Nunes. III.Título. IV.Série.



GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Paulo Hartung

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

César Colnago

SECRETÁRIO DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

Régis Mattos Teixeira

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES

Diretor Presidente (Interino)

Andrea Figueiredo Nascimento

Diretor de Estudos e Pesquisas

Ana Carolina Giuberti

Equipe Técnica

Vicente de Paulo Costa Pereira (Coordenação de Estudos Econômicos – CEE)

Victor Nunes Toscano (Coordenação de Estudos Econômicos – CEE)

Assessoria de Relacionamento Institucional

Projeto Gráfico

Lastênio João Scopel

Editoração

Arthur Ceruti Quintanilha

Fotografia Capa

Assessoria de Comunicação – SEDH

Bibliotecária

Andreza Ferreira Tovar



APRESENTAÇÃO

Este Caderno dá continuidade ao projeto intitulado Cadernos da Juventude, que tem como tarefa contribuir, no âmbito do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), para a reflexão sobre a relação da juventude no Espírito Santo. A faixa etária estudada neste trabalho compreende as pessoas que possuíam entre 15 e 29 anos de idade durante os anos pesquisados.

Esta é a segunda edição que trata sobre o tema do mercado de trabalho para o jovem. Na primeira edição, foi fornecido um panorama sobre a relação do jovem com o mercado de trabalho. O presente caderno, por sua vez, busca avançar no entendimento do desempenho do mercado de trabalho formal para o jovem, com foco nos municípios e regiões do Espírito Santo.

O desejo é que os jovens, os movimentos sociais organizados, a academia e os gestores públicos, entre outros atores sociais, possam somar com o IJSN um diálogo profícuo, em torno deste tema, com vistas a contribuir, de fato, para o acompanhamento e a formulação de políticas públicas para a juventude.

Boa leitura!



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
1.Introdução	9
2. Panorama recente do emprego dos jovens	12
3. Questões metodológicas	21
4. O mercado de trabalho formal para o jovem do ES	25
4.1. Vínculos jovens formais nos municípios do Espírito Santo	34
4.2. Convergência de renda entre os jovens nos municípios capixabas.....	44
5. Considerações finais e agenda futura de pesquisa	47
6. Bibliografia	50
7. Anexo	52



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição da população jovem em relação a posição ocupacional Espírito Santo – 2015	13
Gráfico 2 - Taxa de formalização do emprego dos jovens – % do total de jovens empregados Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2005 a 2015	14
Gráfico 3 - Taxa de formalização do emprego Jovens e adultos – % de empregados Espírito Santo – 2005 a 2015	15
Gráfico 4 - Composição do total de jovens empregados com e sem carteira assinada Espírito Santo – 2005 e 2015	15
Gráfico 5 - Idade média da população e dos vínculos formais Espírito Santo – 2005 a 2015	17
Gráfico 6 - Participação % do jovem no total de vínculos formais e na população em idade ativa Brasil e Espírito Santo – 2005 a 2015	18
Gráfico 7 - Taxa de desocupação dos jovens – % da população economicamente ativa Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2005 a 2015	19
Gráfico 8 - Taxa de desocupação de jovens e adultos – % da população economicamente ativa Espírito Santo – 2005 a 2015	20
Gráfico 9 - Número de pessoas ocupadas com carteira assinada de acordo com a PNAD e total de vínculos formais de acordo com a RAIS Espírito Santo – 2005 a 2015	23
Gráfico 10 - <i>Ranking</i> de participação de jovens em vínculos formais de trabalho Unidades da Federação – 2015	27
Gráfico 11 - Participação % de jovens em cada atividade econômica Espírito Santo – 1985 e 2015	28
Gráfico 12 - Distribuição % do número de jovens por atividade econômica Espírito Santo – 2005 e 2015	29
Gráfico 13 - Participação dos Jovens por tamanho de Estabelecimento Espírito Santo – 2005, 2010 e 2015	30
Gráfico 14 - <i>Ranking</i> da remuneração média real de jovens em vínculos formais Unidades da Federação – 2015	31
Gráfico 15 - Participação dos jovens vs remuneração média Unidades da Federação – 2015	32
Gráfico 16 - <i>Boxplot</i> da participação % de jovens nas microrregiões Espírito Santo – 2015	38
Gráfico 17 - Participação % de jovens no total das atividades econômicas, segundo macrorregião e microrregião de planejamento Espírito Santo – 2015	39
Gráfico 18 - <i>Boxplot</i> da remuneração média dos jovens nas microrregiões Espírito Santo – 2015	41
Gráfico 19 - Taxa de crescimento médio da remuneração dos jovens e remuneração média real por município Espírito Santo – 2005	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Vínculos de emprego por faixa etária, Espírito Santo – 1985, 1995, 2005 e 2015	26
Tabela 2 - Participação dos jovens no total de vínculos de cada atividade econômica, Espírito Santo – 1985, 1995, 2005 e 2015	28
Tabela 3 - Participação de jovens no total de vínculos segundo escolaridade, Espírito Santo – 2005, 2010 e 2015	30
Tabela 4 - Remuneração média real segundo faixa etária, Espírito Santo – 2005, 2010 e 2015	32
Tabela 5 - Remuneração média real de Jovens e Adultos por setores, Espírito Santo – 2005, 2010 e 2015	33
Tabela 6 - Estoque de vínculos formais por regiões, segundo categoria de jovens Espírito Santo – 2005, 2010 e 2015	34
Tabela 7 - Participação dos jovens no total de vínculos por regiões, Espírito Santo – 2005, 2010 e 2015	35
Tabela 8 - Remuneração média real dos jovens por regiões, Espírito Santo – 2005, 2010 e 2015	40
Tabela 9 - Estimativas de β convergência para os municípios capixabas	46

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Participação dos jovens no total de vínculos por município Espírito Santo – 2005 e 2015	36
Figura 2 - Exemplo de <i>boxplot</i> e as estatísticas por ele representadas	37
Figura 3 - Renda média Real dos jovens por município Espírito Santo – 2005 e 2015	43



Foto: Assessoria de Comunicação – FAPES.

O mercado de trabalho constitui um tipo de mercado muito particular para a economia. Afinal, o trabalho ocupa papel importante em nossas vidas: em primeiro lugar, representa uma forma de estar na sociedade, contribuindo para a produção coletiva. Em segundo lugar, nas sociedades capitalistas, dedicamos uma grande parte do nosso tempo de vida, trabalhando para obter os recursos necessários à sobrevivência e à cidadania. Para ajudar a qualificar essa análise para os jovens, devemos compreender quais são os fatores que influenciam a oferta e a demanda de trabalho em uma localidade, independentemente da idade.

A demanda por trabalho parte das empresas representa quantas pessoas elas precisam para realizar suas atividades. Dessa forma, o tipo de mão de obra necessária para realizar a produção no conjunto de empresas de uma localidade, depende de questões relativas ao nível de desenvolvimento, a estrutura produtiva, ao nível de atividade econômica, grau de avanço tecnológico e a inserção ou não nas cadeias produtivas locais, regionais e/ou mundiais. Por exemplo, se não existem empresas de alta tecnologia em um determinado lugar, profissionais com alta capacitação terão dificuldade de achar emprego condizente com a sua qualificação.

A oferta de postos de trabalho é definida pela população. Por isso, ela depende principalmente das características das pessoas residentes no país, estado ou município. De maneira ampla, a cultura e os hábitos das pessoas, o acesso à educação básica, à qualificação profissional, à formação, as habilidades desenvolvidas ao longo da vida e a estrutura etária são elementos primordiais para a definição da oferta de trabalho.

Esses fatores, apresentados de forma separada por questões didáticas, estão em constante movimento. As pessoas observam os movimentos da economia para decidirem quais caminhos tomar, e as empresas geram incentivos para a formação e qualificação dos profissionais os quais elas precisam. Essa interação faz com que, na medida do possível, haja um ajuste entre as necessidades das empresas e a disponibilidade de profissionais no mercado. Essa dinâmica pode ser entendida como um jogo de forças, cujas regras são definidas por fatores institucionais e macroeconômicos, ou seja, que afetam todo o conjunto da sociedade. A legislação vigente, em especial, a que lida com as questões trabalhistas, a taxa de câmbio e a inflação têm influência tanto sobre a oferta como sobre a demanda de trabalho. O resultado desse jogo de forças é o que qualifica a dinâmica do mercado de trabalho, sendo o nível de rendimento, o principal sinal emitido para o conjunto da sociedade. Assim, Reis (2009) identifica quatro características que determinam o *bom desempenho do mercado de trabalho*: baixa taxa de desemprego; alta taxa de participação; baixo grau de informalidade e altos rendimentos médios.

Em relação à inserção do jovem no mercado de trabalho¹, o relatório *A crise do emprego jovem: Tempo de agir*, produzido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2012, levanta uma preocupação legítima sobre a forma com que o jovem se posiciona em relação ao mundo do trabalho. Quanto mais dificuldades enfrentadas por esta população, maiores são os riscos futuros ao desenvolvimento das nações. Nesse sentido, o relatório identifica quatro temas a serem problematizados nas análises do mercado de trabalho para os jovens: o desemprego, a precariedade do trabalho (principalmente a informalidade), a rotatividade e a qualidade da inserção existente.

O desemprego, a informalidade e a inserção dos jovens já foram objetos de estudo da quarta edição do Caderno da Juventude, publicada em 2016. Já a rotatividade, por ser assunto mais complexo e extenso, não cabe no escopo do presente texto e necessita de um estudo específico.

¹ As pessoas podem se inserir no mercado de trabalho de várias formas: sendo empregado, empregador conta-própria (ou autônomo), trabalhador para consumo próprio e não remunerado. O trabalho adota como escopo a categoria de empregados, sendo considerado formalizados i) empregado com carteira de trabalho assinada, ii) militar, iii) servidor público estatutário e iv) trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada.

A qualidade da inserção é comumente associada à formalização do trabalho, na qual os direitos e garantias do trabalhador são respeitados assegurando melhores condições de trabalho para a população². Assim, o mapeamento dos postos de trabalho formais ocupados pelos jovens em nível estadual, regional e municipal, torna-se um objeto de estudo relevante para o desenvolvimento econômico do estado, sendo o foco do presente caderno.

Para avaliar esse aspecto do emprego jovem, o caderno está dividido em seis seções, contando com a apresentação e esta introdução. A seção seguinte faz um resgate dos principais indicadores relacionados ao mercado de trabalho jovem, atualizando algumas informações apresentadas na quarta edição desta série de Cadernos, fornecendo um contexto para as questões locais a serem analisadas. A seção 4, busca apresentar algumas questões metodológicas relacionadas às informações apresentadas, além de discutir sobre as principais diferenças existentes entre as bases de dados utilizadas no trabalho.

A seção 5 representa a principal parte do caderno, na qual se apresenta e discute como o jovem se insere no mercado de trabalho formal. A primeira parte apresenta as informações de participação e rendimento do jovem no total do estado, como parâmetro para a análise regional. A seção 5.1 apresenta a análise em nível regional e municipal, focando no acompanhamento das variáveis de rendimento e participação dos jovens ao longo da década de 2005 a 2015. A seção 5.2 apresenta um exercício econométrico para avaliar se existe um padrão de convergência de renda dos jovens entre os municípios capixabas, de forma que, busca-se avaliar se há um padrão de convergência de incentivos ao trabalho entre as regiões.

Por fim, este texto não tem a pretensão de esgotar a discussão sobre o tema tão complexo quanto este. Por isso, a seção 6 apresenta algumas conclusões obtidas ao longo do texto, e aponta para possibilidades de estudos futuros abrangendo outros aspectos não abordados neste trabalho.

² A OIT lançou as diretrizes e características relacionadas à agenda de trabalho decentes. Para conhecer o assunto no contexto do Espírito Santo favor consultar Perfil do trabalho decente no Espírito Santo (ROCHA, 2012).



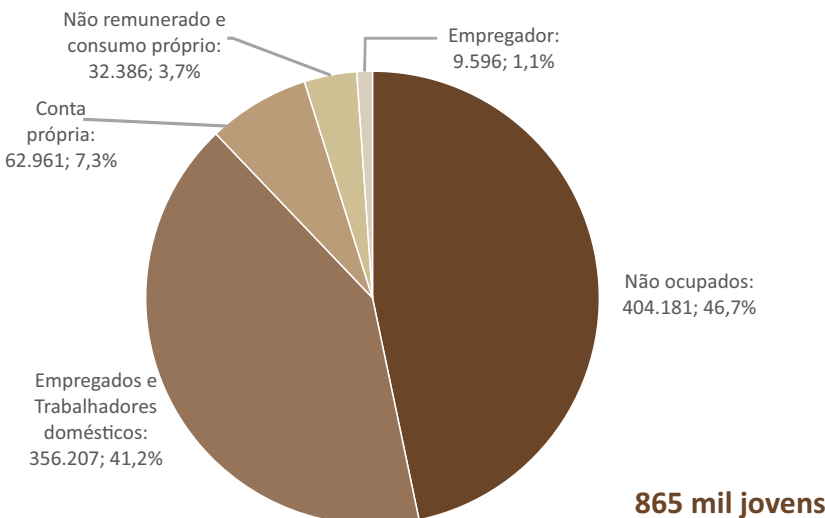
Foto: Fred Loureiro – SECOM.

O foco deste trabalho é analisar a evolução do perfil dos vínculos formais dos jovens no Espírito Santo com ênfase nas regiões e municípios do estado. Para analisarmos essas diferenças territoriais, utilizaremos as informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), divulgada pelo Ministério do Trabalho (MT). Esta base possui um limitador, pois considera os vínculos formais de trabalho declarados pelos estabelecimentos no dia 31 de dezembro de cada ano. Para contextualizar a importância desta população em relação ao total de jovens, esta seção utiliza as informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada pelo Instituto brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a fim de traçar um paralelo entre as duas bases de dados.

Vários fatores são normalmente apontados como determinantes do desempenho dos mercados de trabalho locais. Esses fatores podem ser demográficos, como estrutura etária e composição por gênero, ou variáveis, que podem ser alteradas diretamente por políticas públicas, como a qualificação média dos indivíduos e a legislação trabalhista. Além disso, é importante enfatizar que o mercado de trabalho pode ser bastante influenciado por fatores macroeconômicos. (REIS, 2009 p. 401)

Em 2015, o Espírito Santo possuía um total de 865 mil jovens, ou seja, 22% da população do estado. Distribuindo estes jovens de acordo com sua posição ocupacional, é possível notar que o maior grupo são de jovens não ocupados, totalizando 404 mil pessoas, o equivalente a 46,7% do total de jovens no estado. Este número é justificável pela ampla faixa etária na qual se define o jovem, ou seja, de 15 a 29 anos. Nesta faixa etária, muitos jovens não estão inseridos no mercado de trabalho por diversos motivos, mas o principal é por razão de estudo³ (Gráfico 1).

Gráfico 1- Distribuição da população jovem em relação a posição ocupacional Espírito Santo – 2015



Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) – IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

O segundo maior grupo é o de Empregados e trabalhadores domésticos que somaram 356 mil jovens em 2015, representando 41,2% do total de jovens. Ambas as posições ocupacionais estão sujeitas à formalização através da carteira de trabalho e por isso, se configuram como foco do estudo. Entretanto, a RAIS capta as informações dos vínculos formais em geral, e por isso, considera aqueles registrados no regime da Consolidação de Leis Trabalhistas (CLT) além de empregados do setor público (estatutários), temporários e avulsos.

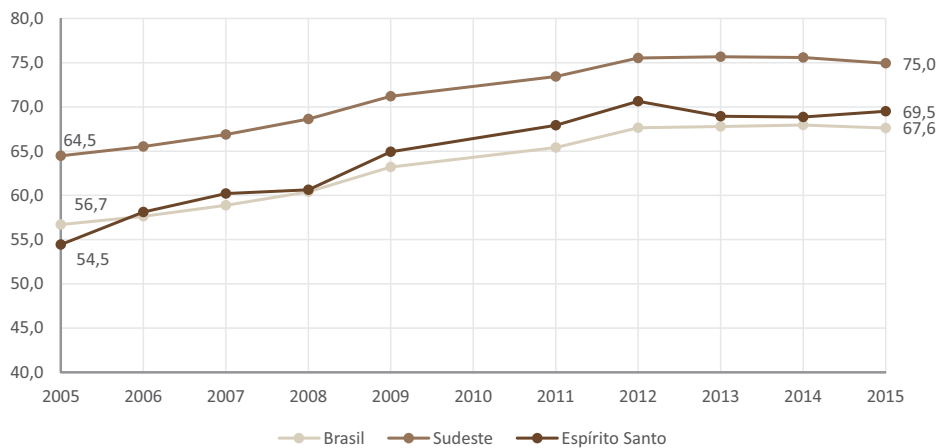
No Brasil, a década de 2000 foi marcada por um forte avanço da taxa de formalização do trabalho. Um dos principais responsáveis por este cenário foi o crescimento econômico vivenciado nestes anos, que, conforme as evidências empíricas, possui um padrão pró-cíclico, ou seja, quando se observa uma expansão do nível de

³(RIBEIRO DA SILVA, et al., 2016).

atividade, a formalização tende a crescer⁴. Esse comportamento é observado no país após o ano de 2004, cujo crescimento econômico, proporcionado pelo aumento do preço das commodities cotadas internacionalmente e pela diminuição da pobreza, criavam estímulo à formalização. Durante essa década, a formalização representou um pilar importante para a garantia de acesso a um trabalho com condições mínimas para seu exercício⁵. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estabelece parâmetros para o acesso ao trabalho decente, de modo que a formalização é o primeiro passo para que o poder público possa fiscalizar e garantir o cumprimento da legislação.

Se considerarmos apenas os jovens empregados, a taxa de formalização passou de 56,7% em 2005 para 67,6% em 2015, no Brasil. No mesmo período de comparação, no Espírito Santo e na região Sudeste, a formalização entre os empregados foi superior, sendo que a taxa no estado chegou a 69,5% e na região Sudeste alcançou 75,0%, com uma ligeira tendência de queda em relação à 2014.

Gráfico 2- Taxa de formalização do emprego dos jovens – % do total de jovens empregados
Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2005 a 2015



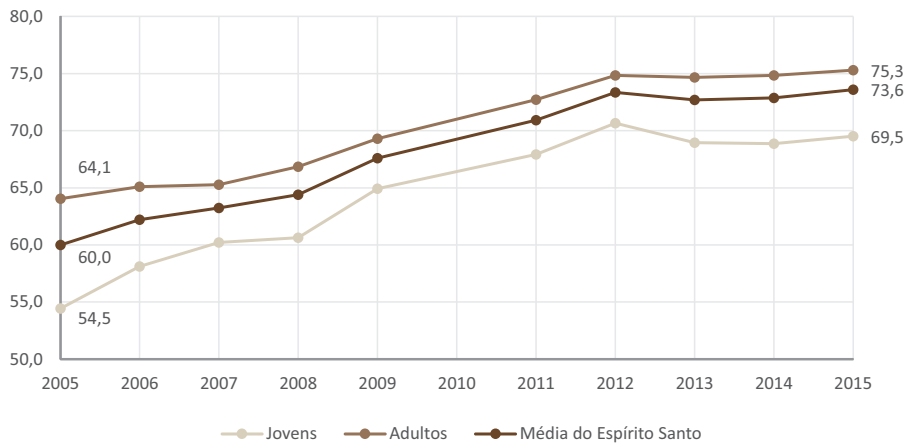
Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) – IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Em relação aos jovens e adultos no Espírito Santo, nota-se que a taxa de formalização do jovem está abaixo daquela registrada entre os adultos. Em 2015, a cada cem jovens empregados no estado, 69 tinham carteira assinada, ao passo que para os adultos esse número sobe para 75. Alguns fatores contribuem para este fenômeno, mas uma das possíveis causas é a elevada rotatividade entre os jovens, que criam barreiras à formalização, uma vez que o custo de admissão e demissão é elevado.

⁴(L. CORSEUIL, et al., 2011).

⁵(ROCHA, 2012).

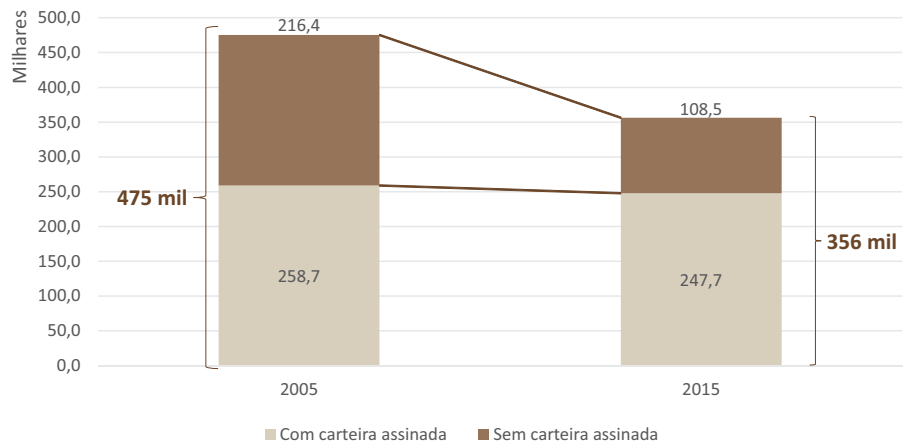
Gráfico 3- Taxa de formalização do emprego Jovens e adultos – % de empregados Espírito Santo – 2005 a 2015



Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) – IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Considerando que o foco do estudo deste caderno é o mercado de trabalho formal, em 2015, o total de jovens empregados com carteira assinada foi de 247,7 mil⁶, equivalendo a quase 30% da população jovem no Espírito Santo. Este é o tamanho da população foco deste estudo e buscaremos compreender onde estão e quais incentivos vigentes para os jovens buscarem uma ocupação formal.

Gráfico 4- Composição do total de jovens empregados com e sem carteira assinada Espírito Santo – 2005 e 2015



Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) – IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

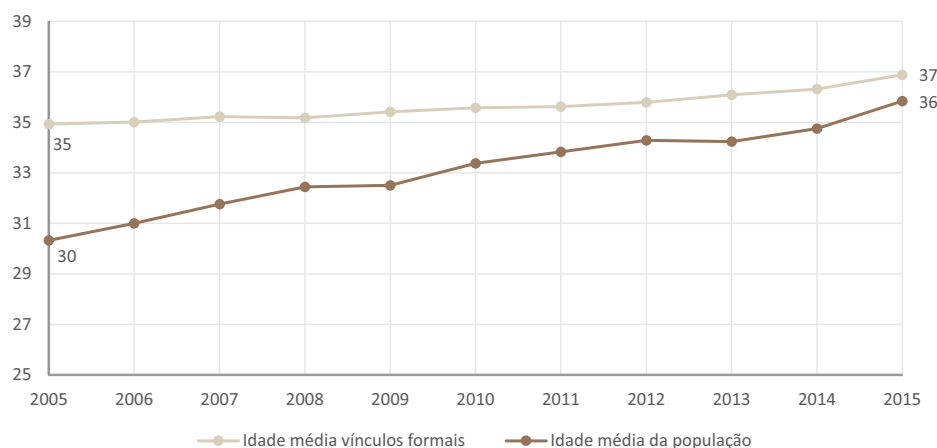
⁶Esta estimativa é diferente do valor apresentado pelos dados da RAIS. As diferenças metodológicas serão apresentadas na seção seguinte.

Em termos de evolução temporal, nota-se que a parcela de jovens empregados formalmente permaneceu, praticamente, no mesmo nível quando comparada a 2005, registrando uma redução de -4,2% neste período. Adicionalmente, é possível notar que a parcela que mais se reduziu no período foi especialmente aquela dos jovens ocupados informalmente, passando de 216,4 mil em 2005 para 108,5 mil em 2015, registrando uma redução de 50%. A maior parte da redução do número de jovens informais neste período se deu por conta da diminuição do número total de jovens na população, que reduziu em quase 120 mil pessoas. Assim, é possível que a redução da oferta de trabalho jovem, observada com a queda do total de jovens na sociedade, tenha impactado principalmente os postos de trabalho informais, uma vez que os postos formais permaneceram em níveis muito próximos entre 2005 e 2015. Logo, no caso dos jovens, a maior parte do aumento da taxa de formalização pode ter sido reflexo das questões demográficas com a redução no número de jovens na população, do que pelo efeito da expansão de postos de trabalho para o jovem (Gráfico 4).

A despeito da manutenção do número de jovens formalizados no mercado de trabalho, existem fenômenos gerais que impactam todas as esferas relacionadas ao mundo do trabalho. Dois elementos permeiam as diversas análises em relação ao mercado de trabalho no país: o primeiro é a questão demográfica, principalmente, com o envelhecimento da população; e em segundo lugar, os rebatimentos recentes da crise econômica brasileira e seus impactos sobre os diversos segmentos da sociedade.

O envelhecimento populacional é um fenômeno mundial. A urbanização da população e as mudanças de estilo de vida nos países, ocorrida nos últimos 50 anos, em especial os países desenvolvidos e em desenvolvimento, impactam a estrutura etária da população de modo que a parcela de idosos cresce mais rapidamente que as camadas mais jovens da população. Esse processo chamado de transição demográfica possui efeitos amplos e com fortes rebatimentos sobre o mercado de trabalho. Um dos principais efeitos da redução relativa dos jovens na população é a consequente diminuição da oferta de trabalho dessa faixa etária.

Para demonstrar este ponto, os dois gráficos a seguir buscam apresentar indicadores que captam este processo, ressaltando as diferenças entre o público alvo deste caderno e o total da população.

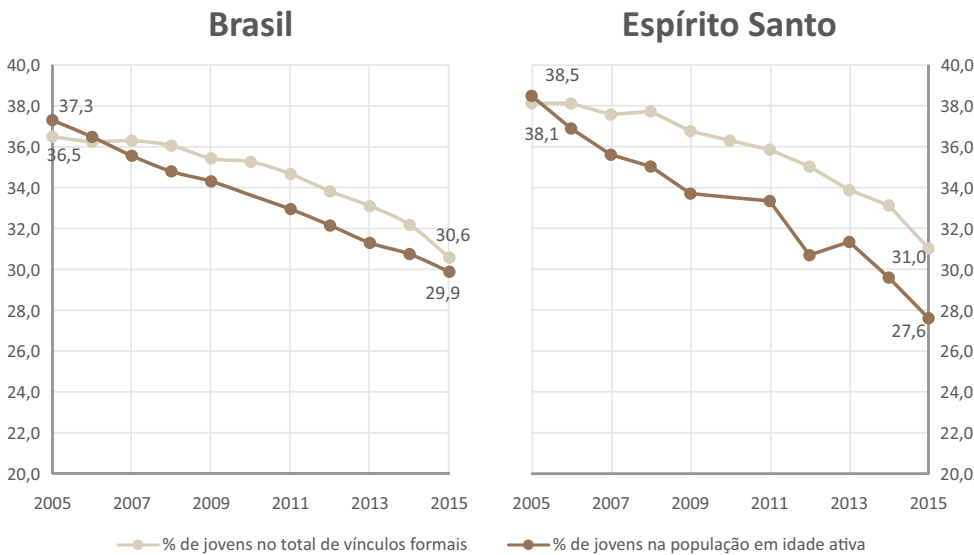
**Gráfico 5- Idade média da população e dos vínculos formais
Espírito Santo – 2005 a 2015**

Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) – IBGE e Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – MT
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

No Espírito Santo, o processo de envelhecimento da população tem ocorrido de forma acelerada. Em 2005, a idade média da população de 15 anos ou mais de idade, era de 30 anos passando para 36 anos de idade em 2015. Neste mesmo período, é possível notar a diferença entre a estrutura etária do mercado de trabalho formal em relação à população em idade ativa, com a média de idade das pessoas empregadas em vínculos formais sendo superior à média da população. Esse padrão pode ser resultado de duas forças demográficas importantes: i) a redução da fecundidade ocorrida no Estado, que faz com que o número de pessoas entrando de maneira vegetativa na faixa etária jovem, seja menor que as pessoas que saem da faixa etária; ii) o efeito de migração para outras regiões dentro ou fora do país, seja para estudo ou para trabalho, além das fatalidades que fazem com que o índice de mortalidade seja maior entre jovens em comparação aos adultos. Dessa forma, a redução mais expressiva dos jovens na população em comparação aos vínculos formais, pode expressar uma maior estabilidade das pessoas inseridas no mercado formal que, em geral, tendem a ser menos vulneráveis ao contexto social e econômico (Gráfico 5).

Entretanto, nesses últimos dez anos há um padrão de convergência da idade média da população em idade ativa e da população empregada em vínculos formais de trabalho, uma vez que a diferença de idade diminuiu de 5 anos para 2 anos entre 2005 e 2015. Esse aumento da idade média da população em idade ativa pode ser reflexo da diminuição absoluta da população jovem neste período. Em 2005, o total de jovens no Espírito Santo era de quase 1 milhão de pessoas (984 mil pessoas) e em 2015, houve um quantitativo 12% menor com 865 mil pessoas. No Brasil, esse movimento também ocorreu, mas em um ritmo menor, com uma queda de 5% na população jovem. De fato, essa redução também pode ser observada na menor participação de jovens, tanto na população em idade ativa no Brasil e no Espírito Santo. O Gráfico 6 apresenta esse indicador para o Brasil e para o Espírito Santo no período analisado.

Gráfico 6- Participação % do jovem no total de vínculos formais e na população em idade ativa
Brasil e Espírito Santo – 2005 a 2015



Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) – IBGE e Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – MT
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

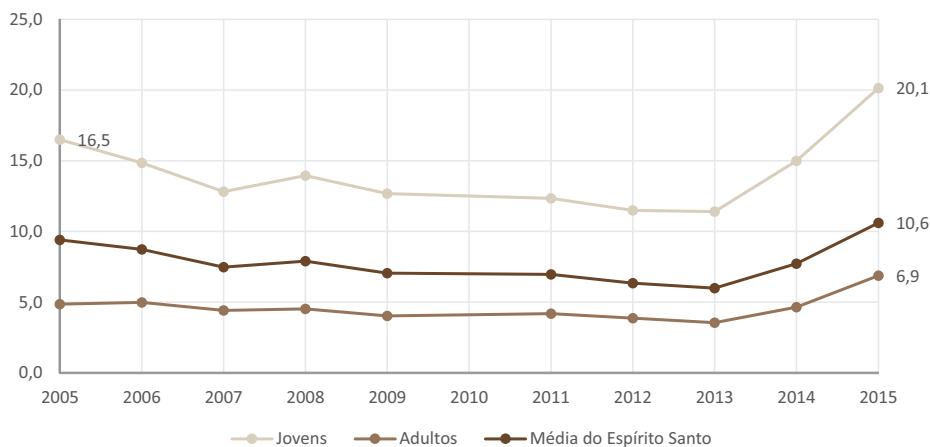
A participação de jovens no estoque de empregos formais é superior na maior parte do período analisado, tanto no Brasil quanto no Espírito Santo. Também é possível verificar um padrão de queda na participação dos jovens no total de vínculos formais no Brasil e no Espírito Santo. Em ambos os casos, em 2005, as participações dos jovens encontravam-se próximas a 38% passando para uma parcela em torno de 30% em 2015 (Gráfico 6). Isso demonstra que a participação do jovem no mercado de trabalho está fortemente correlacionada aos movimentos demográficos vividos no país, de modo que a renovação dos trabalhadores tende a se tornar ainda mais difícil.

A quarta edição do caderno da juventude, publicada em 2016, tratou de maneira ampla a relação entre o jovem e o mercado de trabalho, levando em consideração vários aspectos e análises possíveis com base nas informações divulgadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), publicada anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na ocasião, os dados disponíveis nos permitiram analisar até o ano de 2014, ano em que se iniciava um dos maiores períodos recessivos do país, mas com efeitos ainda não evidentes ao final daquele ano. Na passagem de 2014 para 2015, a situação econômica do país se agravou muito rapidamente, com uma conjunção de fatores que culminaram em uma taxa de desocupação em torno de 10% no Espírito Santo.

Nesse sentido, a atualização dos indicadores para o ano de 2015 demonstrou que o cenário econômico piorou de forma rápida, principalmente para o público jovem.

As taxas de desocupação deste grupo continuaram a trajetória de aumento apontada na quarta edição do Caderno, atingindo seus maiores patamares em 2015. Em diversos trabalhos que analisam a evolução do emprego, é quase consenso de que as condições de empregabilidade do jovem são piores em relação às dos adultos, principalmente por conta das diferenças de experiência e formação profissional. Este comportamento é particularmente evidente quando se compara as taxas de desocupação entre estes grupos etários. De modo geral, a chance de um jovem procurar emprego e não encontrá-lo no ano de 2015, era quase três vezes superior a de um adulto, uma vez que a taxa de desocupação entre os adultos (6,9%), apesar de ter aumentado no período, ainda foi muito inferior à taxa apresentada entre os jovens (20,1%). Essa vulnerabilidade dos jovens frente às dificuldades econômicas têm sido apontada por diversos organismos internacionais, que destacam os riscos que envolvem o que chamaram de “crise do emprego jovem” (Gráfico 7).

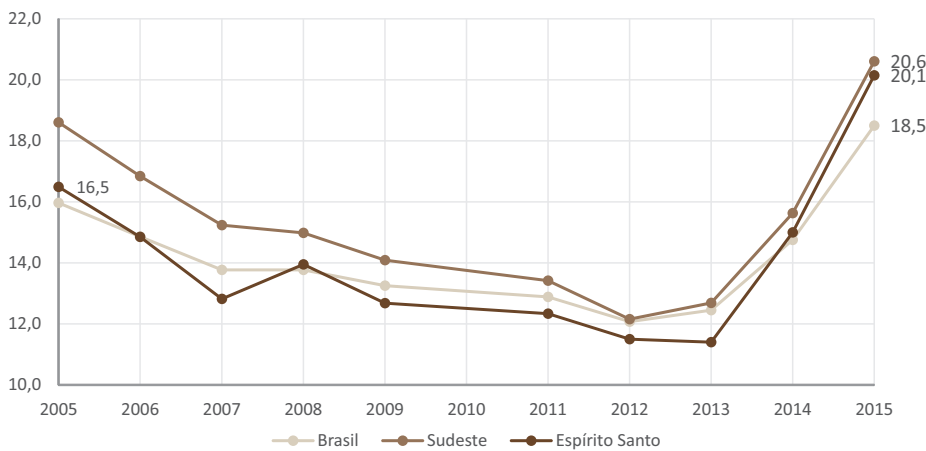
Gráfico 7- Taxa de desocupação de jovens e adultos – % da população economicamente ativa Espírito Santo – 2005 a 2015



Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) – IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

A região Sudeste apresentou a maior taxa de desocupação, com 20,6% dos jovens desocupados. No caso do Espírito Santo, 20,1% dos jovens que procuraram emprego não conseguiram, registrando uma taxa muito próxima a da região Sudeste e, ainda, permanecendo acima da média do país (18,5%) (Gráfico 8). Estes resultados demonstram uma rápida deterioração do mercado de trabalho para os jovens, que acabaram sentindo de forma mais intensa os efeitos da retração do nível de atividade econômica do país.

Gráfico 8- Taxa de desocupação dos jovens – % da população economicamente ativa
Brasil, Sudeste e Espírito Santo – 2005 a 2015



Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) – IBGE
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN



As informações disponíveis sobre mercado de trabalho podem ser obtidas por dois tipos de dados: os provenientes de pesquisas domiciliares, como a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) elaborada anualmente pelo IBGE⁷, ou através de registros administrativos, como são os casos da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED). A escolha de qual fonte de dados utilizar depende, principalmente do objetivo do trabalho em questão. Neste caso, como o objetivo deste estudo é compreender as diferenças regionais e municipais do emprego para os jovens, a escolha da fonte de informação utilizou como critério a existência de dados nesse nível de desagregação territorial.

⁷ O IBGE, buscando divulgar as informações do mercado de trabalho de forma mais tempestiva, passou a publicar a PNAD-continua que busca divulgar trimestralmente informações sobre os aspectos do mercado de trabalho para todas as Unidades da Federação. Entretanto, por se tratar de uma pesquisa recente, optou-se por utilizar as informações da PNAD anual de modo que cobrisse o horizonte temporal de análise deste caderno.

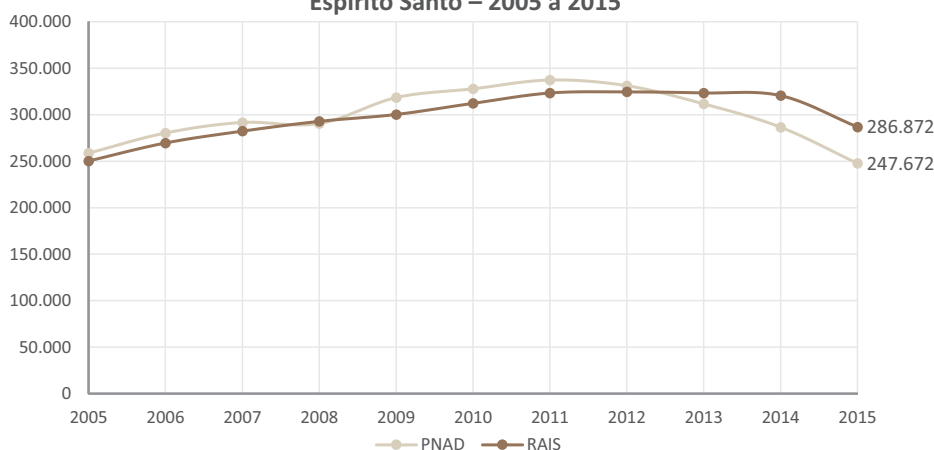
Nesse sentido, a base de dados que permite a divisão municipal da informação é a RAIS e por conter informações provenientes das declarações das empresas, podem conter inconsistências que podem limitar as análises estatísticas em relação ao conjunto do mercado de trabalho. Entretanto, o caráter censitário do mercado de trabalho formal, proporcionado pelas informações disponíveis na RAIS, confere uma riqueza de análises que pode explicar de forma ampla os movimentos ocorridos nesta parcela do mercado de trabalho.

Outra diferença importante a ser mencionada são as definições e metodologias utilizadas em cada fonte de dados. As pesquisas domiciliares utilizam-se de métodos estatísticos de seleção amostral para garantir a representatividade dos dados em um determinado nível geográfico. No caso, a PNAD é uma pesquisa que possui como objetivo garantir a representatividade do território nacional e por isso, seus dados possuem uma limitação geográfica, não oferecendo a possibilidade de serem analisadas em nível municipal.

A RAIS e o CAGED, por sua vez, coletam dados dos trabalhadores formais, embora existam diferenças conceituais importantes entre si. Primeiramente, o CAGED compreende apenas os trabalhadores formais celetistas – regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) –, ao passo que a RAIS inclui, além destes, os trabalhadores estatutários, temporários e avulsos. A RAIS, base de dados escolhida para análise neste estudo, considera o estoque de empregados com vínculo em 31 de dezembro de cada ano, no qual todas as empresas ativas, independentemente de apresentarem movimentação durante o ano, são obrigadas a declarar informações ao Ministério do Trabalho (RAMOS, 2007).

Resumindo, enquanto a PNAD trata-se de uma pesquisa amostral e tem como objetivo abranger o mercado de trabalho como um todo, a RAIS é um registro administrativo, de caráter censitário, que capta a situação do mercado de trabalho formal. Em função disso, podem haver diferenças entre os valores apresentados em relação à fonte utilizada. Por exemplo, na primeira seção foram utilizados principalmente as informações da PNAD, pois assim, se pode ter uma dimensão da importância do mercado de trabalho formal para o universo da população jovem. O gráfico abaixo apresenta os conceitos análogos utilizados no trabalho e a relação entre as duas pesquisas utilizadas.

Gráfico 9- Número de pessoas ocupadas com carteira assinada de acordo com a PNAD e total de vínculos formais de acordo com a RAIS
Espírito Santo – 2005 a 2015



Fonte: Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) – IBGE e Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – MT
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

O Gráfico 9 demonstra a diferença entre as medidas para quantidade de jovens ocupados e o estoque de vínculos formais ocupados por estes jovens no Espírito Santo. Até 2012, a estimativa de jovens ocupados formalmente era muito próxima à quantidade de vínculos, mas geralmente superior àquela apresentada pelo dado da RAIS. Esta diferença reside no fato da PNAD ser uma pesquisa amostral e ter um intervalo de confiança para as estimativas. Também deve-se considerar a diferença temporal de referência das informações, uma vez que o período de referência da PNAD é o mês de setembro e os dados da RAIS referem-se à 31 de dezembro de cada ano. Após 2012, a diferença entre a estimativa da PNAD e o dado da RAIS se acentua, com uma queda mais pronunciada do número de jovens ocupados em relação ao estoque de vínculos.

Por tratar-se de um estudo envolvendo o mercado de trabalho formal, é importante salientar que existem questões legais que regem principalmente a contratação de adolescentes entre 15 e 17 anos de idade, faixa etária incluída neste estudo. Basicamente, a legislação trabalhista vigente determina que a contratação de jovens entre 14 e 18 anos pode ser feita na condição de menor aprendiz ou através do programa de primeiro emprego. Em ambos os casos, o decreto presidencial 5.598 de 2005 procura regulamentar as condições para que o adolescente seja empregado, excetuando as situações descritas no artigo 11 do decreto reproduzido abaixo:

Art. 11. A contratação de aprendizes deverá atender, prioritariamente, aos adolescentes entre quatorze e dezoito anos, exceto quando:

I - as atividades práticas da aprendizagem ocorrerem no interior do estabelecimento, sujeitando os aprendizes à insalubridade ou à periculosidade, sem que se possa elidir o risco ou realizá-las integralmente em ambiente simulado;

II - a lei exigir, para o desempenho das atividades práticas, licença ou autorização vedada para pessoa com idade inferior a dezoito anos; e

III - a natureza das atividades práticas for incompatível com o desenvolvimento físico, psicológico e moral dos adolescentes aprendizes.(BRASIL, 2005)

Em função da legislação, há uma barreira à contratação de jovens menores de idade, de forma que, na maior parte dos casos, esse segmento acaba recorrendo à informalidade, conforme apontado na quarta edição do Caderno da Juventude. Este assunto, por mais importante que seja para a sociedade, não está no escopo deste trabalho, de modo que poderá ser desenvolvido em trabalhos futuros sobre o tema.

Por fim, os dados de remuneração apresentados ao longo do trabalho foram deflacionados utilizando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) nacional com referência para o ano de 2015⁸. Este índice divulgado pelo IBGE abrange domicílios que possuem renda entre 1 a 5 salários mínimos e é utilizado, em geral, como referência da evolução do custo de vida dos assalariados. Dessa forma, é possível verificar os ganhos reais das remunerações deste grupo ao longo do período de análise

⁸ No ano de 2015, o IBGE passou a divulgar o índice para a região metropolitana de Vitória, entretanto, por conta do tamanho reduzido da série disponível para o estado, optou-se por utilizar o índice nacional para deflacionar o indicador de rendimento médio.



Foto: Assessoria de imprensa –SEDU.

Esta seção tem como objetivo analisar a distribuição do estoque e da remuneração dos vínculos formais no Espírito Santo de acordo com a estrutura econômica, nível de escolaridade e tamanho do estabelecimento. A análise temporal leva em consideração as possibilidades de comparação existentes nas bases de dados. Com base nas informações da RAIS, é possível traçar um paralelo entre a estrutura econômica e o total de vínculos em relação à 1985, de modo a captar as mudanças estruturais do período. O intuito desta primeira abordagem é fornecer um parâmetro para a comparação dos resultados regionais apresentados na subseção 5.1.

Especificamente para o Espírito Santo, a evolução do perfil dos vínculos de emprego entre 1985 e 2015 permite uma visão bem ampla e profunda das mudanças ocorridas na estrutura do mercado de trabalho, quando focado sob o ponto de vista da segmentação etária.

Na comparação entre jovens e adultos, percebe-se um aumento da participação dos adultos, em detrimento dos vínculos dos jovens, entre 1985 e 2015. Ao longo

destas três décadas, o número de vínculos ocupados por jovens aumentou quase 100% ao passo em que o número de adultos quase triplicou. Por outro lado, a participação dos jovens no total dos vínculos cai consideravelmente (de 45,5% em 1985 para 31,0% em 2015), enquanto a participação dos adultos cresce de forma expressiva (53,7% para 68,9%, respectivamente). Estes números parecem corroborar a literatura sobre o tema, que afirma que, mesmo com a melhora do mercado de trabalho, a partir de meados dos anos 2000, este avanço trabalhista não foi incorporado pela juventude, aumentando consideravelmente a pressão exercida sobre os jovens que buscam sua inserção no mercado de trabalho.

Uma primeira aproximação demonstra que os jovens com idades entre 15 e 17 anos tem uma baixa participação no total dos vínculos dos jovens, somando pouco mais de 10 mil vínculos nesta condição, possivelmente por conta das questões legais envolvendo a contratação de jovens desta faixa etária. Entre os outros dois segmentos, em 2015, de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos, o quantitativo é aproximado com 131 mil empregados na primeira faixa e 144 mil na segunda faixa etária. Particularmente em 1985, o total de vínculos jovens de 18 a 24 anos superava os de 25 a 29 anos, padrão que se inverteu em 2015, quando os efeitos do envelhecimento populacional ficaram mais evidentes, inclusive dentro da própria faixa etária. Há também a possibilidade de que, com as transformações sociais ocorridas no país nestes últimos 30 anos, haja uma tendência para uma inserção mais tardia dos jovens no mercado de trabalho formal.

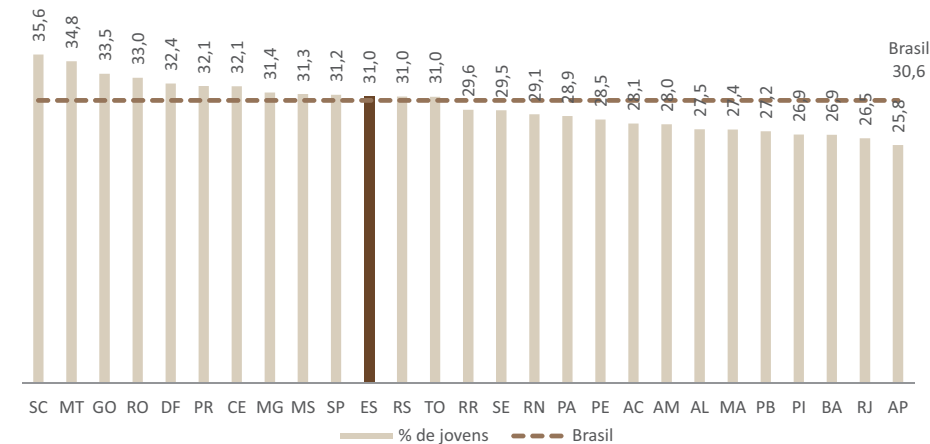
Tabela 1- Vínculos de emprego por faixa etária, Espírito Santo – 1985, 1995, 2005 e 2015

Faixa Etária	1985		1995		2005		2015	
	Nº de vínculos	Part. %	Nº de vínculos	Part. %	Nº de vínculos	Part. %	Nº de vínculos	Part. %
< 15 anos	382	0,1	330	0,1	258	0	418	0
Jovens	144.193	45,5	156.694	37,3	250.321	38,1	286.872	31
15 a 17	6.166	1,9	7.353	1,7	8.714	1,3	10.687	1,2
18 a 24	73.645	23,3	77.707	18,5	128.115	19,5	131.768	14,2
25 a 29	64.382	20,3	71.634	17	113.492	17,3	144.417	15,6
Total de Adultos	170.060	53,7	262.803	62,5	405.758	61,8	637.450	68,9
Ignorado	2.048	0,6	720	0,2	7	0	2	0
Total Geral	316.683	100	420.547	100	656.344	100	924.742	100

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – MT
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Especificamente para o ano de 2015, Gráfico 10 apresenta o *ranking* de participação de jovens no mercado de trabalho formal em relação às demais Unidades da Federação (UFs) e à média brasileira. Assim é possível verificar como o estado se posiciona em relação ao país no período mais recente.

Gráfico 10- **Ranking de participação de jovens em vínculos formais de trabalho**
Unidades da Federação – 2015



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – MT
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

O Espírito Santo ocupou a 11ª posição no ranking de estados que mais empregam jovens (31,0%), participação muito próxima à média nacional e é a mesma registrada por estados como Rio Grande do Sul e Tocantins. Também se nota que houve pouca dispersão entre as demais UFs, já que a diferença entre o estado que mais emprega jovens proporcionalmente (Santa Catarina com 35,6%) e o que menos emprega (Amapá com 25,8%) é de menos de 10 pontos percentuais (p.p.).

A Tabela 2 demonstra a participação dos jovens por setor econômico, no total dos vínculos de cada setor, entre 1985 e 2015. Destacaram-se como setores que mais empregaram jovens em 2015, os segmentos de Comércio (47,4%) e a Indústria de Transformação (36,5%), seguido pelas atividades de Serviços (30,0%) e da Construção Civil (29,3%). A Administração Pública detinha em 1985 uma participação de 30,9%, diminuindo para 13,2% em 2015, definindo-se como a menor nível de participação dentre todos os setores.

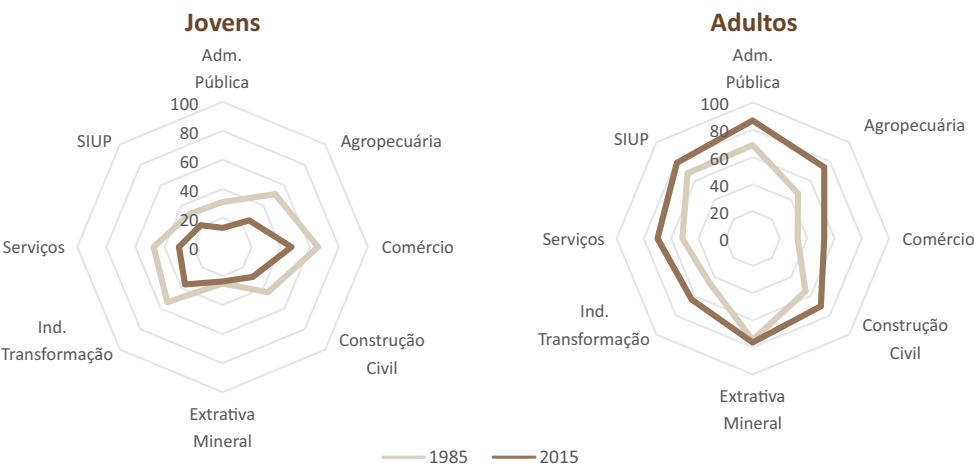
Tabela 2- **Participação dos jovens no total de vínculos de cada atividade econômica, Espírito Santo – 1985, 1995, 2005 e 2015**

Setores	1985	1995	2005	2015	Diferença 1985 e 2015 (em p.p.)
Extrativa Mineral	25,2	39,5	37,6	23,7	-1,5
Indústria de Transformação	53,7	44,5	46,3	36,5	-17,2
Serviços Industriais de Utilidade Pública	32,1	20,1	22,0	21,2	-10,9
Construção Civil	44,2	38,8	35,9	29,3	-14,9
Comércio	65,8	59,1	57,3	47,4	-18,5
Serviços	47,5	34,8	38,5	30,0	-17,5
Administração Pública	30,9	20,7	14,8	13,2	-17,7
Agropecuária	51,3	36,9	39,6	25,8	-25,5

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – MT
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Quando se compara a variação dos valores de 2015 em relação aos de 1985, percebe-se que todos os setores apresentam queda nos valores de suas respectivas participações. A maior queda ocorreu no setor da Agropecuária (-25,5 pontos percentuais) e a menor queda aconteceu no setor de Extrativa Mineral (-1,5 p.p.). Por outro lado, os setores de Comércio (-18,5 p.p.), da Administração Pública (-17,7 p.p.), de Serviços (-17,6 p.p.) e da Indústria de Transformação (-17,2 p.p.), apresentaram números aproximados de perda de participação. Este movimento pode ser explicado, como apresentado na seção 2, por uma redução da proporção de jovens na população que acaba afetando todos os setores (Tabela 2 e Gráfico 11).

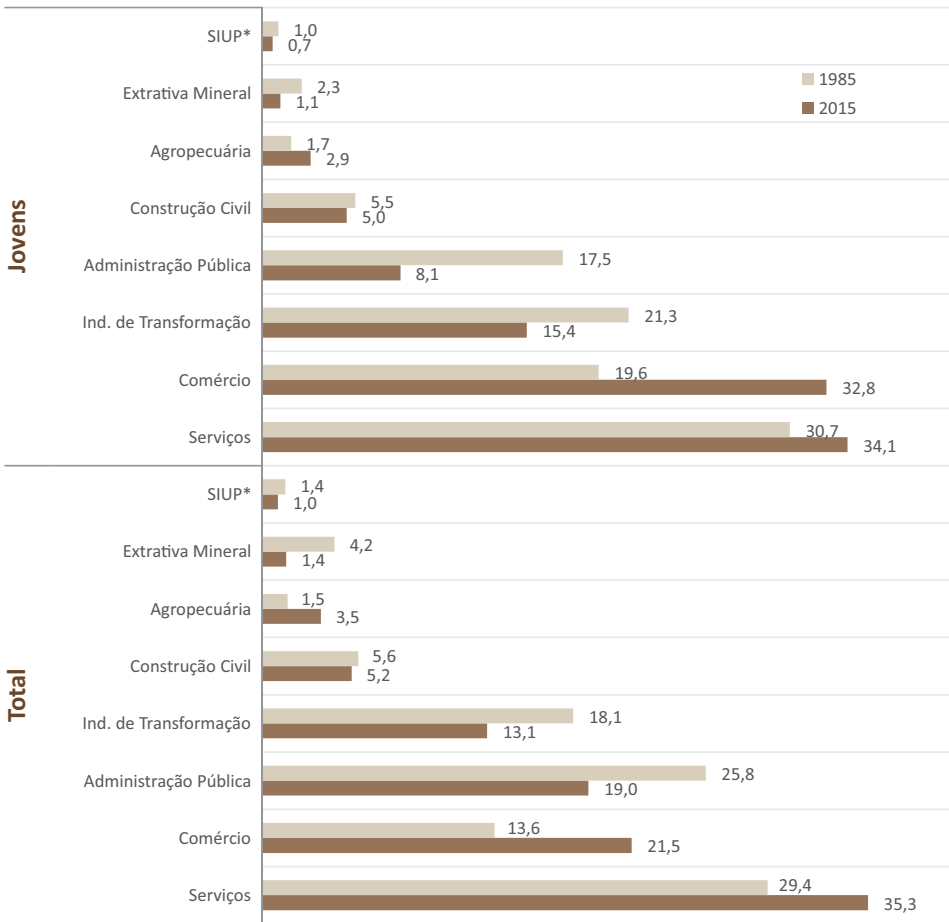
Gráfico 11- **Participação % de jovens em cada atividade econômica Espírito Santo – 1985 e 2015**



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – MT
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

O Gráfico 12, por sua vez, busca responder quais setores são responsáveis por empregar mais jovens formalmente em relação ao total de vínculos ocupados por jovens no Espírito Santo nos anos de 1985 e 2015. Nota-se que, assim como na média do estado, as atividades de Comércio e Serviços são aquelas que empregam um número maior de jovens. Juntas elas representam quase 70% de todos os jovens empregados no Espírito Santo em 2015, seguido da Indústria de Transformação que empregou pouco mais de 15% dos jovens nesse mesmo período. Também é possível notar que a atividade de Comércio ganhou importância para os jovens no Espírito Santo, passando de 19,6% em 1985 para 32,8% em 2015, ultrapassando o percentual da Indústria de transformação, que caiu de 21,3% para 15,4% na mesma base de comparação. Destaca-se também baixa representatividade dos jovens na Administração pública que, enquanto na média do Estado, a participação se aproxima de 20%, no caso dos jovens ela não chega a 10%.

Gráfico 12- Distribuição % do número de jovens por atividade econômica
Espírito Santo – 2005 e 2015



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – MT
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN
*SIUP = Serviços Industriais de Utilidade Pública

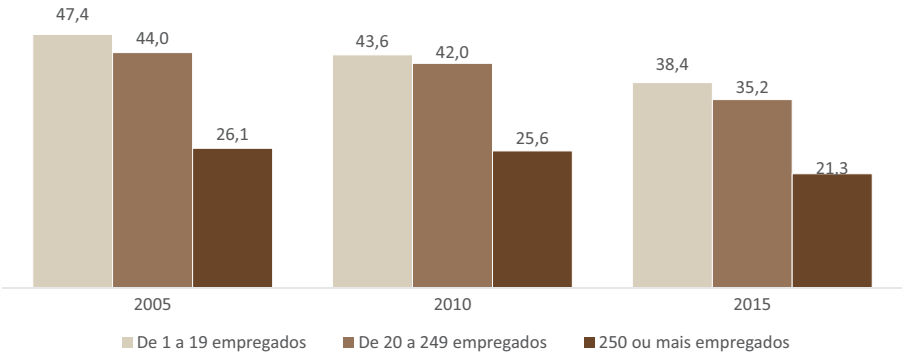
A Tabela 3 apresenta a participação dos vínculos dos jovens conforme a sua escolaridade, no universo temporal de 2005, 2010 e 2015⁹, para o Espírito Santo. Novamente constata-se uma queda da participação dos jovens para todas as escolaridades, quando se compara 2015 com 2005. A maior queda encontra-se no Ensino Fundamental Completo (-12,3%), seguido de perto pelo Ensino Médio Incompleto (-11,1%) e Completo (-11,0%). As menores diminuições nas participações dos jovens ocorrem no Ensino Superior Completo (-1,9%) e incompleto (-2,5%). Além disso, nota-se que há uma maior participação de jovens empregados entre o Ensino Médio Incompleto e o Superior Incompleto. Em 2015, mais da metade dos vínculos com Ensino Superior Incompleto eram de jovens (52,3%), seguido do Ensino Médio Incompleto cujos jovens representavam mais 46,7% do total dos vínculos nesse nível de escolaridade.

Tabela 3- Participação de jovens no total de vínculos segundo escolaridade, Espírito Santo – 2005, 2010 e 2015

Escolaridade	2005	2010	2015	Diferença 1985 e 2015 (em p.p.)
Analfabeto	17,1	10,5	7,3	-9,8
Até 5ª Incompleto	18,1	12,5	9,6	-8,4
5ª Completo Fundamental	20,5	14,3	11,0	-9,5
6ª a 9ª Fundamental	31,9	26,0	22,0	-9,9
Fundamental Completo	36,0	30,3	23,8	-12,3
Médio Incompleto	57,8	51,4	46,7	-11,1
Médio Completo	48,7	45,3	37,7	-11,0
Superior Incompleto	54,8	57,0	52,3	-2,5
Superior Completo	19,1	21,2	17,3	-1,9

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – MT
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Gráfico 13- Participação dos Jovens por tamanho de Estabelecimento Espírito Santo – 2005, 2010 e 2015

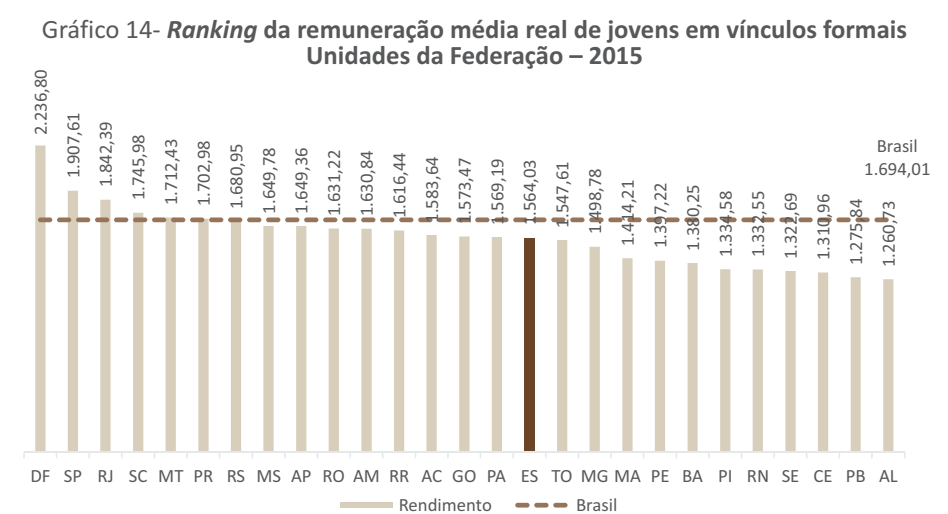


Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – MT
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

⁹ A escolha deste período deve-se às várias mudanças ocorridas nos níveis educacionais entre 1985 e 2015. Procura-se tratar de níveis de escolaridade semelhantes comparando grades curriculares comuns.
¹⁰ Houveram diversas mudanças no nível de escolaridade de 1985 a 2015. Na base de dados da RAIS é possível comparar os níveis de escolaridade a partir de 2005, período o qual trataremos as comparações seguintes.

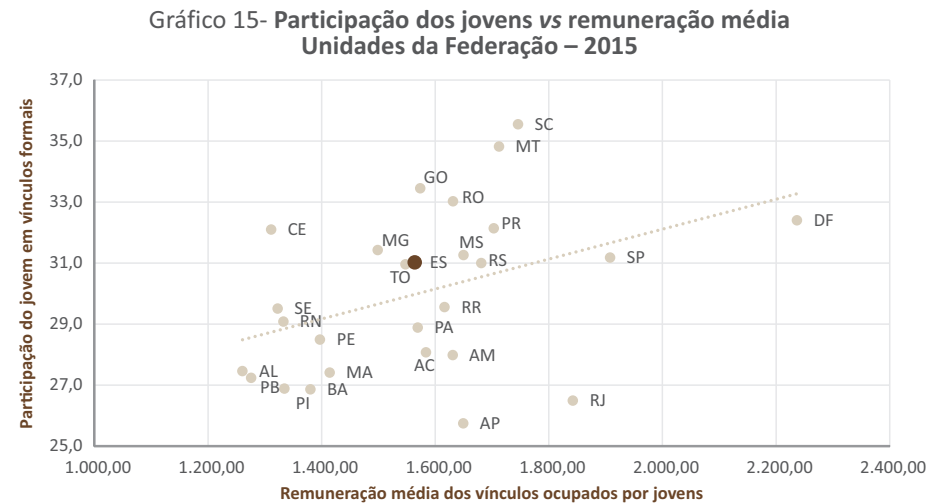
A participação dos jovens no total de vínculos, quando segmentados pelo tamanho dos estabelecimentos, demonstra que quanto maior o estabelecimento, menor é a participação de jovens em seus quadros funcionais. Em 2015, os estabelecimentos que empregavam de 1 a 19 trabalhadores (38,4%) apresentam uma participação maior que aqueles que empregavam de 20 a 249 trabalhadores (35,2%), e estes apresentavam uma participação significativamente maior que aqueles que empregavam 250 ou mais trabalhadores (21,3%). Isso pode significar que as empresas com um contingente menor de trabalhadores, mostravam-se mais acessíveis para a inserção dos jovens no mercado de trabalho que as maiores, que geralmente buscam profissionais mais qualificados e com experiência de trabalho, ficando a cargo daquelas aumentar as experiências, competências e habilidades dos jovens durante o início de suas jornadas profissionais (Gráfico 13).

A remuneração média real muitas vezes pode ser interpretada como um incentivo para que o jovem venha exercer uma ocupação. Esta hipótese pode ser verificada quando comparamos o nível de participação do jovem em vínculos formais e a remuneração média paga nas Unidades da Federação.



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – MT
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

O Gráfico 14 mostra o nível de remuneração médio do jovem no Espírito Santo (R\$ 1.564,03) está abaixo da média nacional (R\$ 1.694,01), ocupando a 16ª colocação no ranking das demais unidades da federação, em 2015. Entretanto, apenas seis UFs possuem um nível de remuneração acima da média nacional, com o Distrito Federal em primeiro lugar (R\$ 2.236,80), pouco mais de trezentos reais maior que aquela apresentada pelo segundo lugar (São Paulo com R\$ 1.907,61).



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – MT
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

O Gráfico 15 aponta uma relação positiva entre remuneração e a participação de jovens no total de vínculos formais. Tomando como referência o Espírito Santo, podemos observar que a participação dos jovens é ligeiramente superior em relação à reta, e a remuneração inferior. Logicamente, a reta de regressão representa uma relação teórica, e a remuneração paga aos jovens não representa o único fator que explica as diferenças de inserção no mercado de trabalho formal. Dos fatores apontados na literatura, podemos citar, por exemplo, a diferença entre a escolaridade média nos estados e a estrutura econômica de cada localidade.

Tabela 4- Remuneração média real segundo faixa etária,
Espírito Santo – 2005, 2010 e 2015

Faixa etária	2005	2010	2015
< 15 anos	343,07	425	429,19
Total de Jovens	1.137,56	1.462,09	1.564,03
15 a 17	508,87	555,89	536,41
18 a 24	971,07	1.222,61	1.295,16
25 a 29	1.373,78	1.767,51	1.885,39
Total de Adultos	2.142,96	2.528,54	2.674,55
Ignorado	937,51		1.336,19
Total Geral	1.758,80	2.140,55	2.329,03

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – MT
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

A Tabela 4 apresenta a remuneração média real segmentada por faixas etárias, entre os anos selecionados. Novamente, nota-se que as remunerações crescem com o aumento da faixa etária. Em 2005, a diferença entre as remunerações de jovens e adultos eram de aproximadamente R\$ 1.000,00, e, em 2015, essa diferença aumentou quase 10%, dado que a distância entre o salário médio dos adultos foi de R\$ 1.110,52.

A Tabela 5 mostra as remunerações médias reais de jovens e adultos para cada setor econômico no Espírito Santo. As remunerações dos adultos, para todos os anos e setores analisados, apresentaram-se sempre maiores que as remunerações dos jovens. Em 2015, as maiores remunerações, tanto de adultos como de jovens, encontram-se no setor de Extrativa Mineral (R\$7.326,34 e R\$3.741,41, respectivamente), e os menores rendimentos encontram-se no setor de Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca (R\$1.292,85 e R\$1.123,57, respectivamente). Comparando a variação das remunerações entre 2015 e 2005, as altas mais expressivas para os adultos, ocorreram nos setores de Construção Civil (64,9%) e de Extrativa Mineral (60,3%) e para os jovens, corresponde ao setor de Extrativa Mineral (68,7%).

Tabela 5- Remuneração média real de Jovens e Adultos por setores, Espírito Santo – 2005, 2010 e 2015

Setores	2005		2010		2015	
	Jovem	Adulto	Jovem	Adulto	Jovem	Adulto
Administração Pública	1.718,04	2.848,50	2.245,23	3.565,43	2.413,65	3.646,12
Agropecuária, Extr. Vegetal, Caça e Pesca	720,89	867,58	958,52	1.155,82	1.123,57	1.292,85
Comércio	940,93	1.322,21	1.184,37	1.599,43	1.294,37	1.742,66
Construção Civil	1.085,78	1.493,91	1.404,30	1.747,75	1.671,05	2.463,06
Extrativa Mineral	2.217,78	4.570,81	3.416,44	6.073,52	3.741,41	7.326,34
Indústria de Transformação	1.160,84	2.134,84	1.470,41	2.332,87	1.593,55	2.415,75
Serviços	1.151,86	1.918,69	1.474,96	2.353,26	1.542,62	2.468,38
Serviços Industriais de Utilidade Pública	1.575,45	3.584,53	1.945,26	3.276,52	2.464,74	3.808,12
Total Geral	1.137,56	2.141,81	1.462,09	2.527,15	1.564,03	2.673,09

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – MT
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

4.1 VÍNCULOS JOVENS FORMAIS NOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO

Uma grande vantagem da base de dados da RAIS é que ela possibilita uma maior segmentação geográfica, permitindo analisar as regiões (macrorregiões e microrregiões) e os municípios capixabas. Esta particularidade contribui para que se alcance uma perspectiva mais efetiva no desenho, implementação e acompanhamento das políticas públicas, nos temas pertinentes ao mercado de trabalho.

Regionalmente, é possível notar que a macrorregião Metropolitana concentra aproximadamente dois terços dos vínculos existentes no estado nos anos analisados, considerando tanto os jovens como os vínculos totais. Na sequência, aparecem respectivamente as macrorregiões Central, Sul e por último, a macrorregião Norte. Quanto às microrregiões, nas mesmas bases anteriores, novamente é a Metropolitana que detém a maior concentração de vínculos de trabalho, tanto dos jovens como dos quantitativos totais, sendo a Central Serrana, que também pertence à macrorregião Metropolitana, a que apresenta as menores quantidades de vínculos (Tabela 6).

Tabela 6- Estoque de vínculos formais por regiões, segundo categoria de jovens
Espírito Santo – 2005, 2010 e 2015

Regiões	2005		2010		2015	
	Jovem	Total	Jovem	Total	Jovem	Total
Central	42.036	100.674	50.755	129.353	47.469	140.609
Centro-Oeste	17.798	42.136	20.891	52.923	18.902	56.833
Rio Doce	24.238	58.538	29.864	76.430	28.567	83.776
Metropolitana	158.878	425.415	201.633	564.172	179.737	592.008
Central Serrana	3.217	7.886	4.763	12.201	5.598	15.560
Metropolitana	149.734	403.081	189.468	532.935	166.460	553.801
Sudoeste Serrana	5.927	14.448	7.402	19.036	7.679	22.647
Norte	19.797	50.340	21.537	59.380	21.552	67.672
Nordeste	13.443	33.636	14.131	39.939	13.223	43.809
Noroeste	6.354	16.704	7.406	19.441	8.329	23.863
Sul	29.610	79.915	38.387	107.516	38.114	124.453
Caparaó	4.894	13.913	6.225	18.459	6.408	21.447
Central Sul	18.312	48.531	22.914	62.758	22.016	68.833
Litoral Sul	6.404	17.471	9.248	26.299	9.690	34.173
Total Geral	250.321	656.344	312.312	860.421	286.872	924.742

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – MT
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

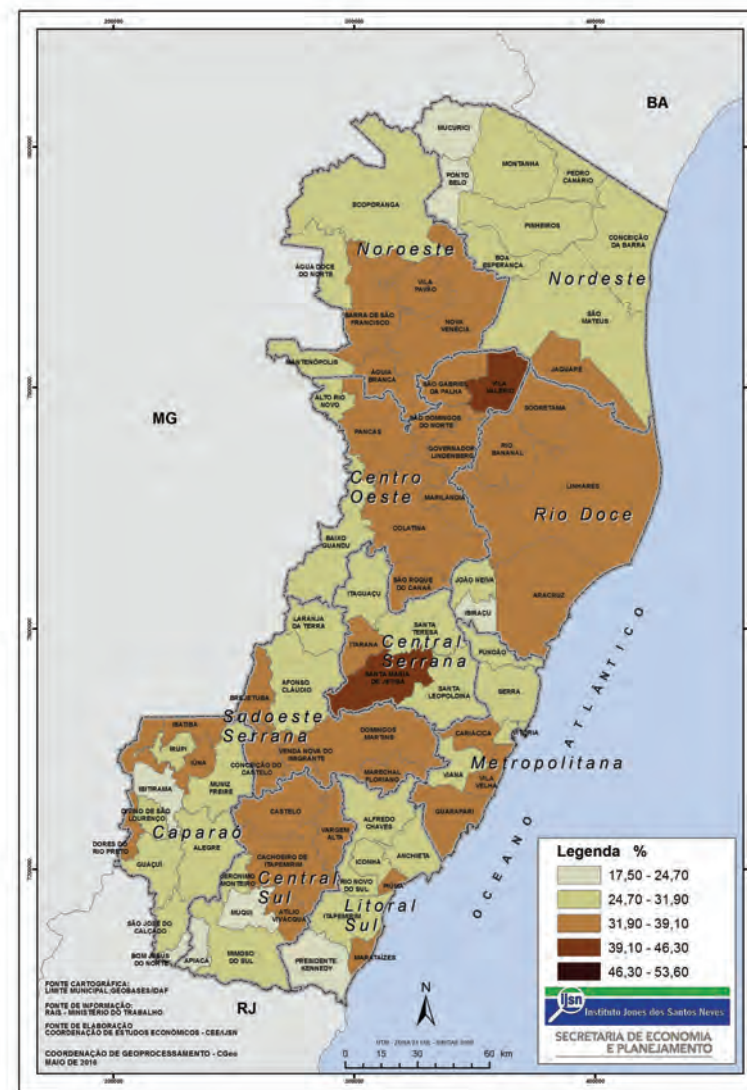
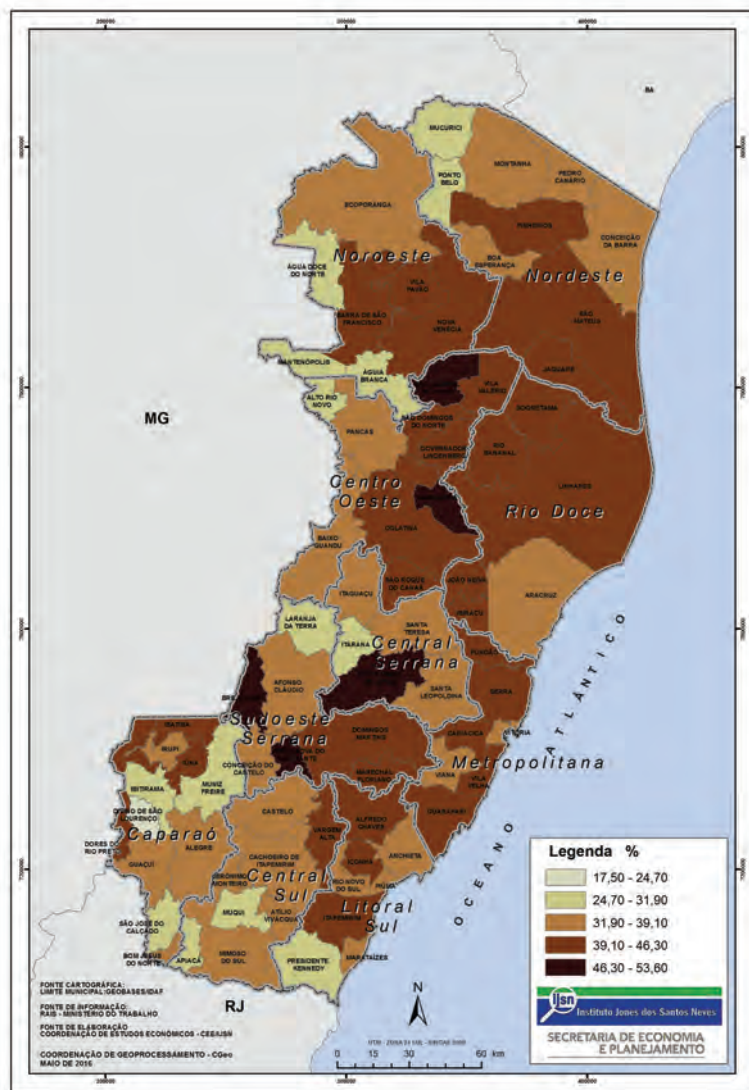
Tabela 7- Participação dos jovens no total de vínculos por regiões, Espírito Santo – 2005, 2010 e 20157

Regiões	2005	2010	2015
Central	41,8	39,2	33,8
Centro-Oeste	42,2	39,5	33,3
Rio Doce	41,4	39,1	34,1
Metropolitana	37,4	35,7	30,4
Central Serrana	40,8	39,0	36,0
Metropolitana	37,2	35,6	30,1
Sudoeste Serrana	41,0	38,9	33,9
Norte	39,3	36,3	31,9
Nordeste	40,0	35,4	30,2
Noroeste	38,0	38,1	34,9
Sul	37,1	35,7	30,6
Caparaó	35,2	33,7	29,9
Central Sul	37,7	36,5	32,0
Litoral Sul	36,7	35,2	28,4
Total Geral	38,1	36,3	31,0

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – MT
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Em 2015, a microrregião Central Serrana (35,98%) deteve a maior participação dos jovens em relação aos vínculos totais, enquanto a Litoral Sul (28,36%) registrou a menor participação, seguida pela Metropolitana, que apresenta a segunda menor participação (30,06%). A macrorregião Central (33,76%) apresentou a maior participação de vínculos dentre todas as quatro macrorregiões, com a particularidade de que as microrregiões que a constitui (Centro-Oeste (33,26%) e a Rio Doce (34,10%)) destacaram-se positivamente. Apesar dos valores das quatro macrorregiões estarem muito próximos entre si, a Metropolitana (30,36%) detém a menor participação dos jovens nos vínculos totais. Dentre as microrregiões, a Noroeste aparece com a maior participação em 2015 (34,90%)(Tabela 7).

Figura 1 - Participação dos jovens no total de vínculos por município
Espírito Santo – 2005 e 2015

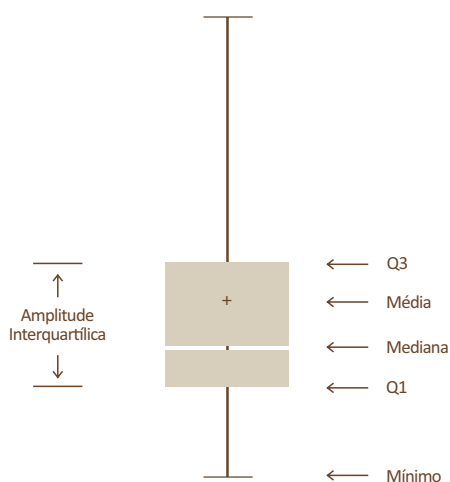


A Figura 1 mostra a participação dos jovens no total de vínculos, por municípios do Espírito Santo, sendo a primeira em 2005 e a segunda em 2015. A comparação dos mapas aponta para a diminuição da participação dos jovens no total dos vínculos de trabalho, fato que visualmente é perceptível por uma coloração mais clara. Em 2005, cinco municípios apareciam no último intervalo, o mais escuro (São Gabriel da Palha, Marilândia, Santa Maria de Jetibá, Venda Nova do Imigrante e Brejetuba), mas em 2015, nenhum município pertencia a esse intervalo. Este fato se acentua no penúltimo intervalo, onde em 2005 existiam 30 municípios e em 2015, apenas dois.

Outra forma de se analisar a distribuição de jovens entre as regiões é utilizando o gráfico estatístico chamado Box Plot. O grande objetivo é verificar a distribuição dos dados. Assim, as conclusões que tiramos ao analisar um box plot são: centro dos dados (a média ou mediana), a amplitude dos dados (máximo - mínimo), a simetria ou assimetria do conjunto de dados e a presença de outliers.

O centro da distribuição é indicado pela linha da mediana, no centro do quadrado. A dispersão é representada pela amplitude do gráfico, que pode ser calculada como máximo valor - mínimo valor. Quanto maior for a amplitude, maior a variação nos dados. O retângulo contém 50% dos valores do conjunto de dados. A posição da linha mediana no retângulo informa sobre a assimetria da distribuição. Uma distribuição simétrica teria a mediana no centro do retângulo. Se a mediana é próxima de Q1, então, os dados são positivamente assimétricos. Se a mediana é próxima de Q3 os dados são negativamente assimétricos.

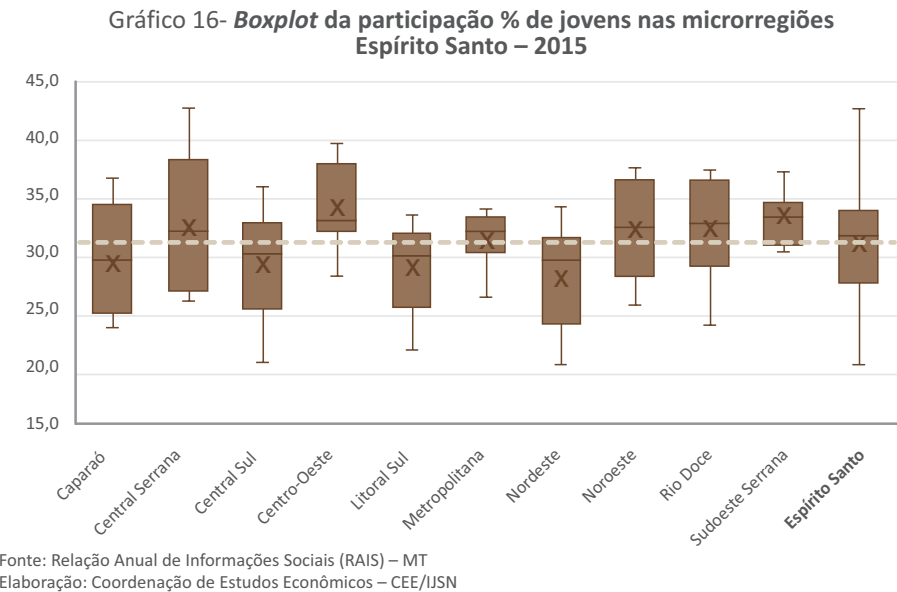
Figura 2 - Exemplo de *box plot* e as estatísticas por ele representadas



Fonte: (Petenate, 2013)

Adaptação: Assessoria de Relacionamento Institucional (Editoração) – ARIN/IJSN

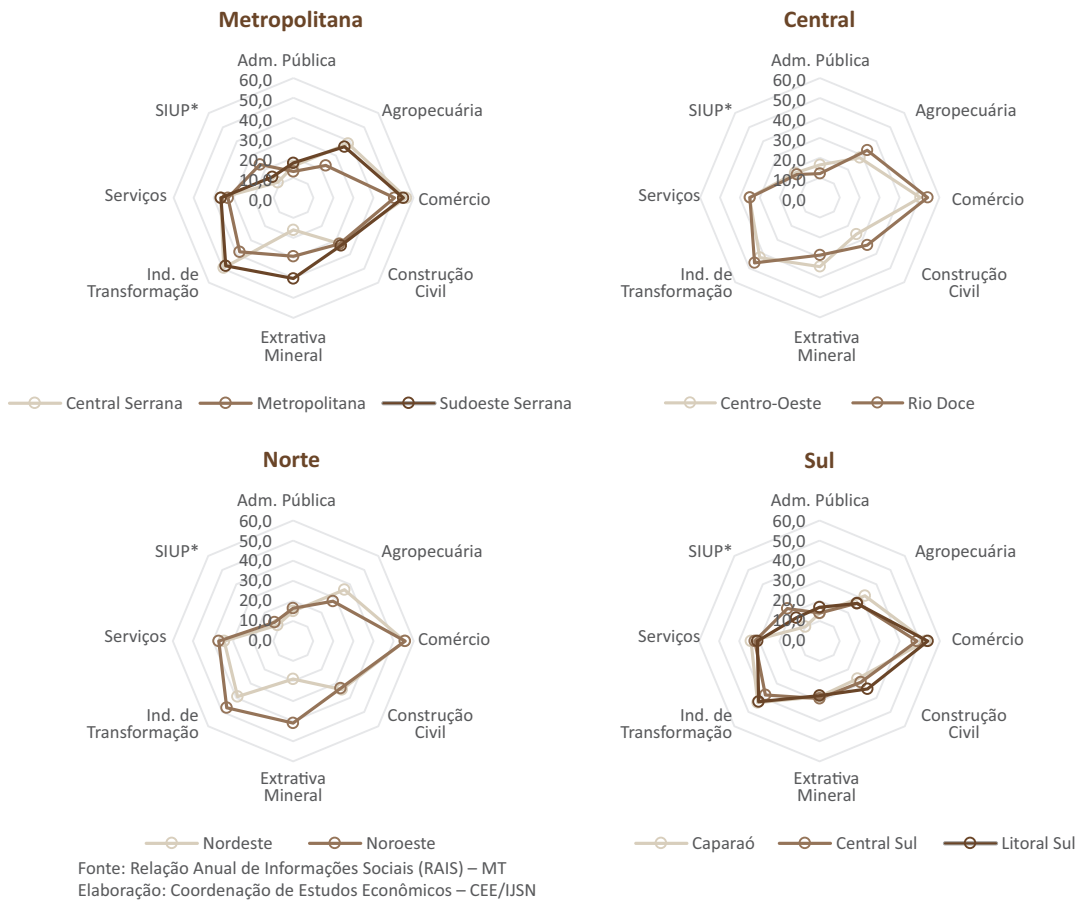
Com objetivo de entender a distribuição dos municípios em relação à participação de jovens no total de vínculos formais em 2015, o Gráfico 16 apresenta box plots para cada microrregião de planejamento do Espírito Santo, comparando com a distribuição do estado como um todo. A linha tracejada representa a média de participação de jovens no Espírito Santo e dessa forma é possível verificar quais regiões estão acima ou abaixo da média.



A partir do exame do gráfico é possível notar diferenças consideráveis entre as microrregiões e os municípios pertencentes a elas. Em relação ao total do estado, o intervalo das participações municipais varia de 20,4% (Ponto Belo) a 42,8% (Santa Maria de Jetibá), e possui uma distribuição relativamente simétrica, dado que a mediana está posicionada pouco acima da média do estado. Nota-se também que não existem *outliers* em relação à participação de jovens, tanto nas regiões quanto na média do Estado, o que significa que não existem municípios que destoam muito da distribuição, gerando vieses para cima ou para baixo. Por fim, nota-se que exatamente cinco das dez microrregiões possuem uma média de participação superior à média do estado, todas localizadas na parte centro-norte do Estado.

O Gráfico 17, tem como objetivo verificar qual atividade econômica emprega proporcionalmente mais jovens no ano de 2015. O gráfico de radar permite observar o perfil setorial de contratação e compará-lo entre as regiões.

Gráfico 17- Participação % de jovens no total das atividades econômicas, segundo macrorregião e microrregião de planejamento – Espírito Santo – 2015



Na macrorregião metropolitana, onde se encontram três microrregiões nota-se um perfil setorial de contratação de jovens muito similar entre as microrregiões serranas, com predominância de setores de Comércio, Indústria de Transformação e Agropecuária, com exceção da atividade de extrativa mineral na região Sudoeste Serrana, que possui uma proporção maior de jovens contratados, em função das atividades de extração de rochas. A microrregião metropolitana é um pouco mais equilibrada, ainda que a atividade de Comércio tenda a contratar proporcionalmente mais jovens, as participações de jovens nos demais setores não são muito discrepantes, à exceção da atividade da administração pública, que comumente não apresenta uma proporção elevada de jovens.

Na macrorregião central, o perfil de contratação é muito similar entre as duas microrregiões que a compõe: Centro-Oeste e Rio Doce. Em ambas as regiões há uma proporção maior de jovens contratados nas atividades de Comércio, Serviços e Indústria de transformação. Na região Norte, uma das principais diferenças entre os perfis de contratação encontra-se na microrregião Noroeste, com uma proporção maior de jo-

vens empregados na atividade extrativa mineral, também puxado pela atividade de extração de rochas. Por fim, a região sul apresenta um perfil de contratação de jovens parecido, com exceção da atividade de Serviços Industriais de utilidade pública, que possui uma participação maior de jovens na microrregião Central Sul.

A diferença entre os perfis setoriais de contratação tem impacto sobre as remunerações médias praticadas nas regiões. Basicamente, quanto maior a participação de jovens em atividade que remuneram pouco, como Comércio por exemplo, menor tende a ser a remuneração da região. A Tabela 8 demonstra a diferença entre as remunerações médias reais, a preços de 2016, entre os jovens de cada macro e microrregiões.

Tabela 8- Remuneração média real dos jovens por regiões, Espírito Santo – 2005, 2010 e 2015

Regiões	2005		2010		2015	
	Jovem	Total	Jovem	Total	Jovem	Total
Central	1.013,71	1.327,46	1.315,70	1.663,86	1.466,02	1.879,62
Centro-Oeste	883,41	1.120,67	1.171,05	1.427,85	1.331,86	1.636,95
Rio Doce	1.109,39	1.476,31	1.416,88	1.827,28	1.554,80	2.044,24
Metropolitana	1.217,66	2.009,62	1.556,61	2.410,17	1.642,46	2.603,58
Central Serrana	888,68	1.189,38	1.159,10	1.484,91	1.316,66	1.647,70
Metropolitana	1.236,85	2.057,66	1.582,21	2.468,85	1.669,09	2.672,13
Sudoeste Serrana	911,5	1.117,18	1.157,07	1.360,49	1.302,83	1.584,01
Norte	955,29	1.251,24	1.268,07	1.597,08	1.390,42	1.773,50
Nordeste	929,04	1.255,83	1.264,58	1.635,91	1.373,86	1.817,58
Noroeste	1.010,85	1.242,00	1.274,74	1.517,31	1.416,71	1.692,57
Sul	1.005,45	1.286,66	1.267,99	1.599,44	1.414,37	1.832,87
Caparaó	864,58	1.092,97	1.088,72	1.433,18	1.198,24	1.581,41
Central Sul	1.018,09	1.290,48	1.255,99	1.552,30	1.403,69	1.761,33
Litoral Sul	1.076,96	1.430,30	1.418,41	1.828,61	1.581,57	2.134,80
Total Geral	1.137,56	1.758,80	1.462,09	2.140,55	1.564,03	2.329,03

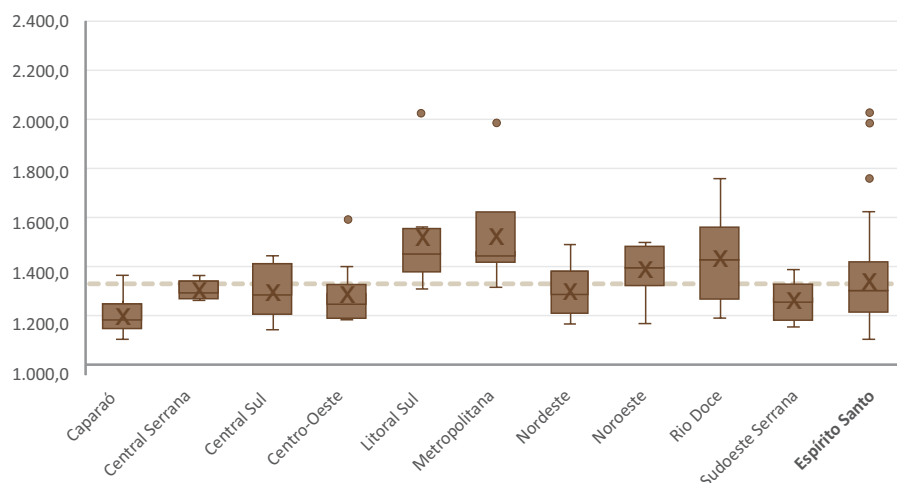
Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – MT
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

A remuneração média real dos jovens por regiões na macrorregião Metropolitana, apresenta valores elevados, para todos os anos, tanto em relação aos vínculos dos jovens como dos vínculos totais. As menores remunerações estão na macrorregião Norte seguida pela Sul. Dentre as microrregiões, também a Metropolitana aparece com destaque positivo, apresentando em 2015, o valor de R\$2.672,13 para a média dos rendimentos de todos os vínculos e R\$1.669,09 para os rendimentos dos jovens. Por outro lado, a microrregião do Caparaó, apresenta as menores remunerações (R\$1.581,41 e R\$1.198,24, respectivamente).

Na comparação entre 2005 e 2015, as variações apresentadas entre as remunerações de jovens foram, em geral, superiores aquelas apresentadas pelo total de trabalhadores. Esse padrão ocorreu em quase todas as macrorregiões (com exceção da Sul) e também na maioria das microrregiões (exceto Litoral Sul e Caparaó). A maior variação apresentada para a remuneração dos jovens foi na microrregião Centro-Oeste (50,8%) e a menor na macrorregião Metropolitana (34,9%). Nas remunerações do total dos vínculos, os destaques positivos estão nas microrregiões Litoral Sul (49,3%) e Centro-Oeste (46,1%) e o menor crescimento aparece na Metropolitana (29,9%).

A análise dos *box plots* (Gráfico 18) das remunerações dos jovens, segmentadas por microrregiões, fornece elementos importantes para entender a distribuição dos rendimentos no Espírito Santo em 2015.

Gráfico 18- *Boxplot* da remuneração média dos jovens nas microrregiões Espírito Santo – 2015



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – MT
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Conforme pode-se notar, existe a presença de três municípios considerados outliers em termos da remuneração média dos jovens em 2015. O primeiro é o município de Anchieta, com remuneração média de R\$ 2.033,06, seguido por Vitória (R\$ 1.990,56) e por Aracruz (R\$ 1.764,53), o que quer dizer que as remunerações praticadas entre os jovens desses municípios destoam das praticadas nos demais municípios do estado. No caso de Vitória, por ser a capital do Estado e concentrar boa parte dos serviços públicos e privados, gere um nível maior de rendimento em relação ao demais municípios. Já em Aracruz e Anchieta, tem-se uma estrutura produtiva vinculada à atuação de grandes empresas que acabam remunerando melhor seus funcionários. Além disso, a presença de outliers na mi-

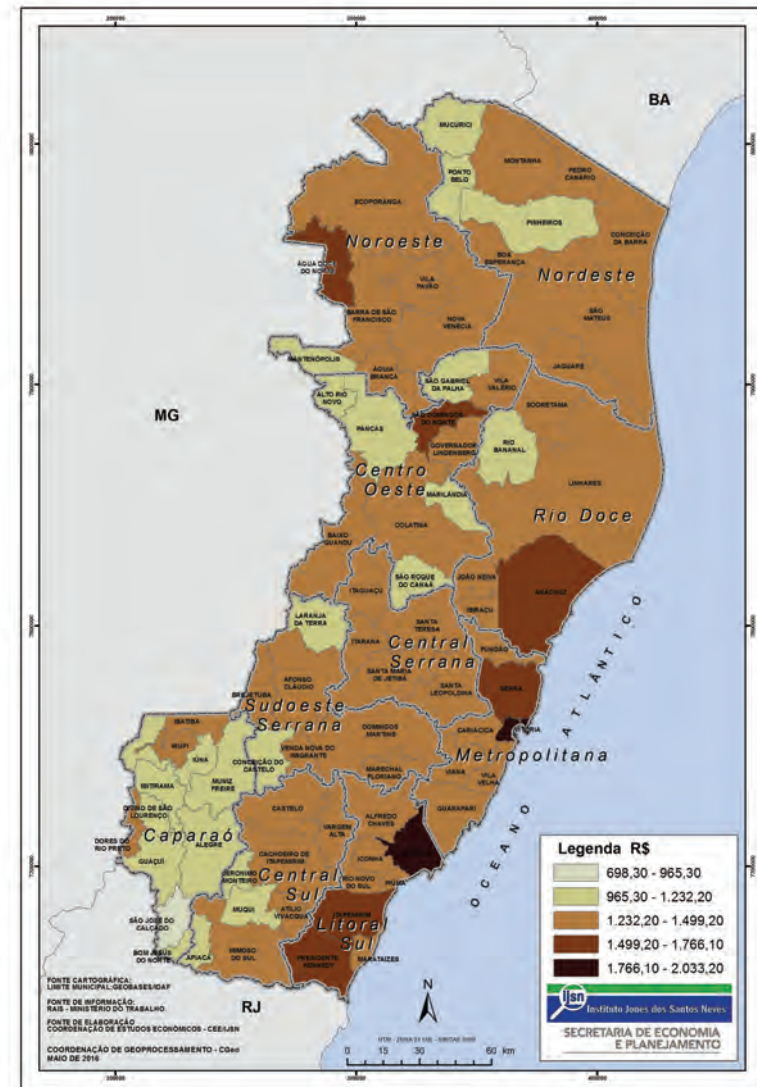
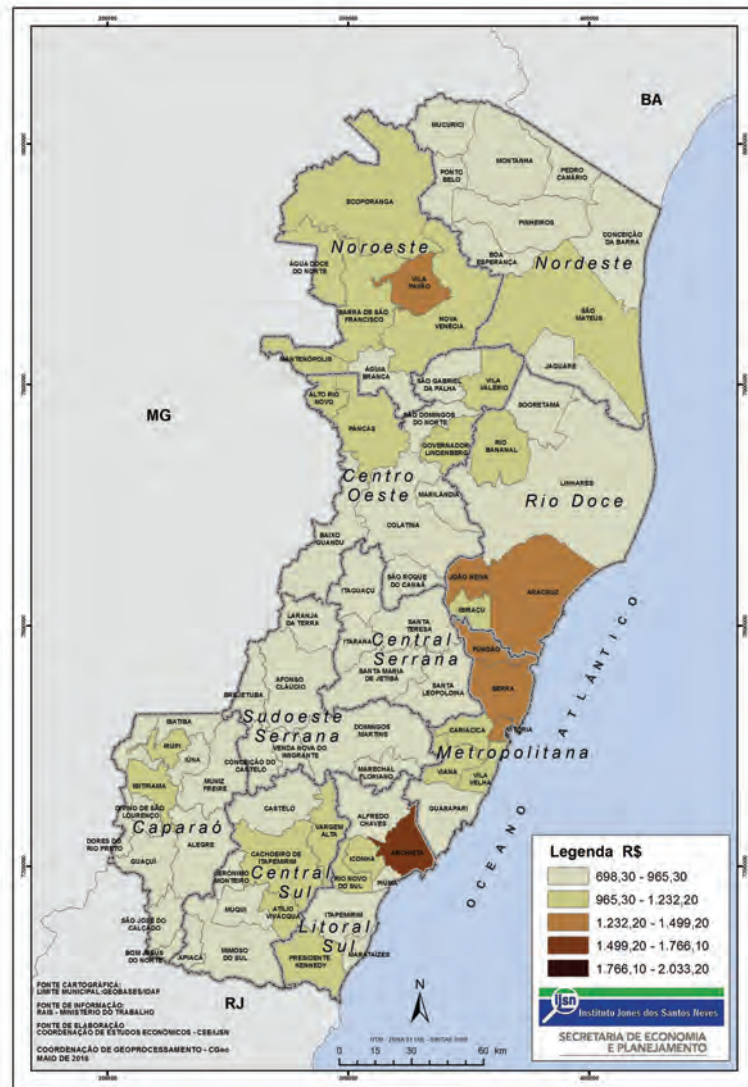
microrregião eleva a remuneração média dos municípios da microrregião. Das quatro microrregiões que apresentaram remunerações acima da média do estado, três registraram a presença de um dos outliers identificados anteriormente, a saber a região Metropolitana, Litoral Sul e Rio Doce. Apenas a microrregião Noroeste não apresentou outliers, mas registrou remuneração média superior à do estado. Outro ponto de destaque é a presença de um outlier na região Centro-Oeste, em São Domingos do Norte (R\$ 1.592,48), que apesar de não destoar das remunerações da maioria dos municípios do estado, possui uma remuneração média muito elevada entre os municípios da microrregião onde ele se encontra.

A Figura 3 apresenta a renda média real dos jovens por municípios do Espírito Santo nos dois anos analisados. De 2005 para 2015, o mapa se torna mais escuro, mostrando uma melhoria deste indicador neste período de tempo. Em 2005, não existia nenhum município no intervalo que compreende os maiores valores de rendimento, mas em 2015, os municípios de Vitória e de Anchieta passam a integrar este intervalo. Da mesma forma, em 2005, existia apenas um município no penúltimo intervalo, mas em 2015, encontravam-se seis municípios com este intervalo de rendimentos (Água Doce do Norte, São Domingos do Norte, Aracruz, Itapemirim, Serra, e Presidente Kennedy).

Por outro lado, em 2005 existiam 48 municípios incluídos no intervalo contendo as menores rendas médias reais dos jovens, em 2015 nenhum município estava nesta condição. Mudança também expressiva, mas na direção oposta, pode ser encontrada no intervalo intermediário, que detinha apenas 6 municípios em 2005 e aumenta para 47 municípios no mapa correspondente a 2015. A melhoria generalizada das remunerações dos jovens nos municípios pode estar ligada diretamente à política de aumento do salário mínimo praticado no país, uma vez que passou de R\$ 300,00 em 2005 para R\$ 724,00 em 2015, representando um aumento nominal de 162,67% muito acima da inflação do período¹¹ de 82,2%, medida pelo INPC.

¹¹ O período considerado para o cálculo é de maio de 2005 a dezembro de 2015, período em que os salários mínimos mencionados acima foram praticados.

Figura 3 - Renda média Real dos jovens por município
Espírito Santo – 2005 e 2015



4.2 CONVERGÊNCIA DE RENDA ENTRE OS JOVENS NOS MUNICÍPIOS CAPIXABAS

A literatura econômica busca entender o processo de crescimento econômico dos países por mais de meio século (JONES, 2000). O modelo de crescimento desenvolvido por Solow em 1956¹² é, até hoje, utilizado como referência para o estudo do crescimento entre os países, sendo adaptado aos avanços alcançados pela literatura econômica. Em sua concepção inicial, Solow buscava entender quais são os determinantes do crescimento econômico dos países e uma das principais conclusões do modelo era de que havia um processo de convergência de renda, de modo que quanto maior fosse a renda gerada pelo país, maior seria o esforço necessário para crescer e consequentemente, menores seriam suas taxas de crescimento. Isso criava um nível de renda, chamado de estado estacionário, no qual a taxa de crescimento tenderia a zero em um nível de renda per capita elevado. Quanto mais longe o país se encontrava do estado estacionário, mais rápido ele tenderia a crescer, alcançando assim os países mais desenvolvidos. Para testar se este processo ocorria na realidade, estimou-se uma equação em que o crescimento dos países depende do seu nível de renda inicial em um determinado período de tempo.

Com a evolução das estatísticas geradas pelas contas nacionais alcançando níveis subnacionais, muitos economistas passaram a testar as hipóteses de Solow para buscar entender o crescimento econômico entre as regiões dentro do país (JUNIOR, 2011 e FONSECA SILVA, et al., 2010). Especificamente para o caso do Espírito Santo, Albergaria et al (2010) testou esta hipótese utilizando dados do PIB municipal no período de 1999 a 2007, chegando a conclusão de que para aquele período não era possível observar o processo de convergência de renda entre os municípios capixabas.

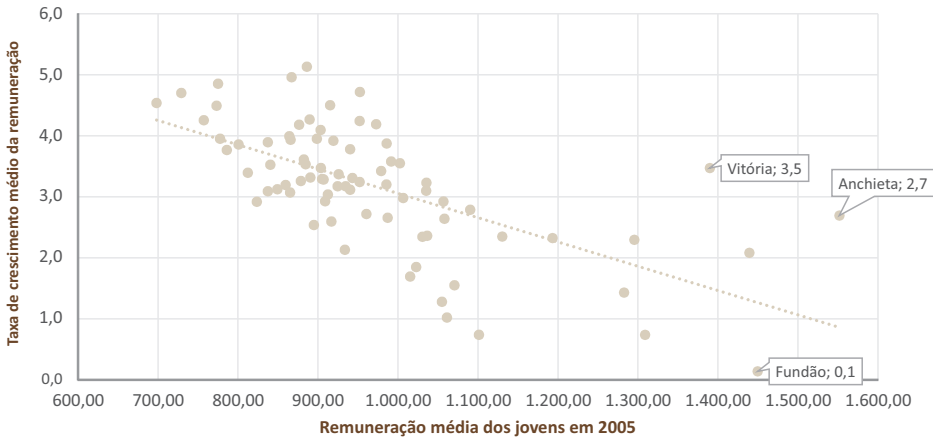
O intuito de retomar essa discussão no caderno da juventude é de testar se esse processo de convergência de renda pode ser verificado em parcelas diferentes da população. Dessa forma, poderíamos avaliar se o nível de rendimento inicial dos jovens no ano de 2005 é uma variável importante para explicar o crescimento do rendimento dos jovens. Assim será possível fazer um paralelo com as evidências encontradas anteriormente sobre o crescimento dos municípios capixabas e testar a hipótese de convergência de renda entre os municípios.

O gráfico abaixo mostra a relação entre as duas variáveis supracitadas. O padrão de convergência pode ser observado quando existe uma relação negativa entre o nível de renda inicial e a sua taxa de crescimento nos períodos posteriores. A linha

¹² SOLOW, Robert. **A contribution to the theory of economic growth**. Quarterly Journal of Economics. - Fevereiro de 1956. - 1 : Vol. 70. - pp. 65-94.

de regressão aponta esse padrão no gráfico, com alguns municípios destoando dos demais, assim como apontado na análise da distribuição dos rendimentos através do box plot entre as regiões. Dessa forma, Vitória e Anchieta ainda se destacam por serem outliers na amostra, apresentando nível de rendimento inicial elevado e taxas de crescimento acima da média.

Gráfico 19- Taxa de crescimento médio da remuneração dos jovens e remuneração média real por município – Espírito Santo – 2005



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – MT
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Entretanto, apesar da verificação visual da tendência a convergência de renda, resta saber se esse padrão é estatisticamente significativo. Para isso, estimou-se através do modelo de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) a seguinte equação:

$$\sqrt[t]{\left(\frac{Y_{it}}{Y_{i0}}\right)} - 1 = \alpha + \beta * (Y_{i0}) + \varepsilon$$

Onde a primeira parte da igualdade, se refere à taxa de crescimento média no período para cada município do Espírito Santo. Na segunda parte da igualdade, α representa a constante, (Y_{i0}) o nível de rendimento real no ano de 2005 e finalmente, ε representa os erros da estimativa. Para que haja um padrão de convergência, o coeficiente β deve ser negativo e estatisticamente significativo. Os resultados da regressão estão apresentados na abaixo, onde se apresentam outras estatísticas sobre o poder explicativo da equação estimada.

Tabela 9- Estimativas de β convergência para os municípios capixabas
Variável dependente: Taxa média de crescimento da remuneração dos jovens entre 2005 e 2015

Variáveis explicativas	Coeficientes	Erro padrão	Estatística t
Constante	7,03481***	0,53244	13,21242
Remuneração média dos jovens em 2005	-0,00398***	0,00054	-7,3478
Estatística de regressão			
R múltiplo			0,64
R-Quadrado			0,42
R-quadrado ajustado			0,41
Teste F			53,99***
Erro padrão			0,78
Observações			78

Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN
Obs.: O símbolo (***) denota significância estatística dos coeficientes estimados ao nível de 1%

A interpretação dos resultados da regressão demonstra um grau de ajuste elevado do modelo e o sinal do coeficiente β é negativo e possui significância estatística a 1%. Dessa forma, a cada real a mais do nível de rendimento dos jovens em 2005 representaria uma queda da taxa de crescimento de -0,00398 pontos percentuais, com uma taxa máxima de crescimento de 7,03% ao ano. Para exemplificar o mecanismo do modelo, suponha que um município tenha um rendimento médio dos jovens de R\$ 1.000,00, logo sua taxa de crescimento médio seria de 3,05% ao ano ($7,03 - 0,00398 \cdot 1.000 = 3,05$). Outras estatísticas da regressão são igualmente interessantes. Analisando o R-quadrado ajustado é possível mostrar que pouco mais de 40% das diferenças entre a taxa de crescimento observada entre os municípios, deve-se ao nível inicial de renda. Logicamente, os demais 60% podem ser explicadas pelos mais diversos fatores, entre eles, por exemplo, o aumento do salário mínimo que acabam afetando principalmente os jovens.



Foto: Assessoria de imprensa –SECTTI.

O objetivo do trabalho foi de apresentar as características da inserção do jovem no mercado de trabalho formal nas regiões do Espírito Santo, entre os anos de 2005 e 2015. Do ponto de vista do contexto econômico, o período analisado, contém duas crises importantes e que impactam diretamente sobre o desempenho do mercado de trabalho. Em particular, o ano de 2009 foi marcado pelos efeitos da crise financeira internacional, cujos efeitos se estenderam para as principais empresas do estado. Pouco mais de cinco anos após os efeitos da crise internacional, o ano de 2014 marca o início de um processo recessivo que tem se mostrado como um dos mais longos dos últimos 30 anos.

Neste sentido, os principais resultados encontrados neste estudo foram:

- i. Assim como no país, houve um processo de formalização geral no mercado de trabalho brasileiro, utilizando como período de análise os anos de 2005 a 2015.
- ii. Em relação à formalização dos jovens no Espírito Santo, nota-se um maior grau de formalização em relação à média brasileira, e

O objetivo do trabalho foi de apresentar as características da inserção do jovem no mercado de trabalho formal nas regiões do Espírito Santo, entre os anos de 2005 e 2015. Do ponto de vista do contexto econômico, o período analisado, contém duas crises importantes e que impactam diretamente sobre o desempenho do mercado de trabalho. Em particular, o ano de 2009 foi marcado pelos efeitos da crise financeira internacional, cujos efeitos se estenderam para as principais empresas do estado. Pouco mais de cinco anos após os efeitos da crise internacional, o ano de 2014 marca o início de um processo recessivo que tem se mostrado como um dos mais longos dos últimos 30 anos.

Neste sentido, os principais resultados encontrados neste estudo foram:

- i. Assim como no país, houve um processo de formalização geral no mercado de trabalho brasileiro, utilizando como período de análise os anos de 2005 a 2015.
- ii. Em relação à formalização dos jovens no Espírito Santo, nota-se um maior grau de formalização em relação à média brasileira, e inferior à média da região Sudeste. Também se nota uma taxa de formalização inferior à dos adultos no estado, evidenciando o caráter vulnerável do emprego jovem.
- iii. A análise da composição etária da população em conjunto com a divisão dos jovens entre ocupados formalmente e informalmente no Espírito Santo, demonstra que, possivelmente, a redução da informalidade observada nesta década deriva da redução relativa e absoluta dos jovens na população dado que a idade média aumentou consideravelmente no período e houve uma estabilidade do número de jovens ocupados formalmente.
- iv. Os efeitos da crise também foram sentidos de forma mais intensa entre os jovens, tanto em nível nacional, na região Sudeste e no Estado. Desde 2013, há uma forte tendência de aumento do desemprego jovem no país, alcançando taxas de desocupação próximas de 20% entre os jovens. No Espírito Santo, quando comparado com a taxa de desocupação dos adultos, o jovem tem quase três vezes mais chances de não encontrar uma ocupação do que o adulto.
- v. Em comparação com as demais Unidades da Federação (UFs), a participação de jovens em vínculos formais no Espírito Santo é próxima à média do país com, aproximadamente, 30% dos vínculos formais ocupados por jovens no ano de 2015.
- vi. Setorialmente, a queda de participação dos jovens ocorreu em todas as atividades do Espírito Santo entre 2005 e 2015, acompanhando a tendência nacional. Destaca-se a forte queda de participação na atividade agropecuária o que pode também explicar a redução da informalidade.
- vii. As atividades que mais empregam formalmente jovens no

Espírito Santo são as atividades de comércio e serviços, com um aumento da importância dos serviços entre 2005 e 2015. Também se nota uma proporção maior de jovens entre as micro e pequenas empresas.

viii. Entre as microrregiões do Espírito Santo, a participação do jovem é relativamente homogênea, sem o registro de municípios que destoam da média. Destaca-se a microrregião Central Serrana (36,0% dos vínculos formais), como a região que empregou proporcionalmente mais jovens em 2015, e a Litoral Sul (28,4%) a que menos empregou.

ix. Em termos de rendimento médio real para os jovens, o Espírito Santo encontrava-se abaixo da média nacional em 2015. Além disso, a distribuição entre os municípios nas microrregiões não é tão homogênea, com a presença de municípios que possuem uma remuneração que destoa da maioria dos municípios do Espírito Santo. Especificamente, são as remunerações praticadas nos municípios de Anchieta e Vitória que destoam dos demais.

x. Apesar da presença de *outliers* na distribuição dos rendimentos dos jovens nos municípios, foi possível verificar um padrão de convergência de renda entre os municípios do Espírito Santo entre 2005 e 2015. Isso significa que os municípios reduziram suas diferenças de remuneração nesse período, com municípios que possuíam um nível de rendimento menor em 2005 crescendo, em média, mais rápido que os que já possuíam rendimentos maiores.

Esses resultados ajudam a entender melhor a distribuição dos empregos jovens no Espírito Santo no período de 2005 a 2015. De modo geral, pode servir de base para a compreensão dos incentivos regionais para que o jovem trabalhe no Espírito Santo, e consequentemente nas microrregiões. Este tem se tornado um ponto importante para o desenvolvimento econômico regional, uma vez que é um desafio manter o jovem nas atividades econômicas tradicionais e gerando renda localmente.

Ainda existem temas os quais não foram abordados, seja por conta da limitação dos dados, seja por conta do escopo proposto pelo caderno. Nesse sentido, ficam como sugestão para desenvolvimento de trabalhos futuros a análise das diferenças de inserção dos jovens no mercado de trabalho formal em relação às suas características individuais, como raça ou cor e gênero. Por exemplo, estudos mais elaborados voltados para estratos específicos da população jovem, como é o caso da faixa etária de 24 a 29 anos de idade, cujos incentivos à inserção ao trabalho são mais evidentes. Também como sugestão de pesquisa futura, propõe-se o estudo da rotatividade dos jovens nos municípios do estado, no sentido de buscar padrões e regularidades empíricas que ajudem a compreender a alta rotatividade entre os jovens.



Foto: Assessoria de Comunicação – SEDH.

Albergaria de Magalhães Matheus e Nunes Toscano Victor Radiografando os processos de crescimento econômico e convergência de renda nos municípios do Espírito Santo [Artigo] // Teoria e Evidência Econômica. - 2010. - 35 : Vol. 16. - pp. 272-305.

Borjas George J. Economia do Trabalho [Livro]. - Porto Alegre : AMGH, 2012. - 5ª : p. 630.

BRASIL Decreto nº 5.598. - 1 de Dezembro de 2005.

da Fonseca Silva Cleiton Roberto e Alencar de Figueiredo Erik Convergência de renda per capita entre os municípios nordestinos: uma análise robusta [Artigo] // Análise Econômica. - março de 2010. - 53 : Vol. 28.

Jones Charles I. Introdução à teoria do crescimento econômico [Livro]. - Rio de Janeiro : Campus, 2000. - 2ª.

Junior Gilberto Gomes da Silva Convergência de renda: uma análise para os municípios do estado de Alagoas // Dissertação de mestrado. - Maceió : UFAL, 2011. - p. 69.

L. Corseuil Carlos Henrique e Foguel Miguel Expansão econômica e aumento da formalização das relações de trabalho: uma abordagem através das contratações [Artigo] // Texto para discussão IPEA. - 2011. - 1571.

Mankiw Gregory N., Romer David e Weil David N. A contribution to the empirics of economic growth [Artigo] // Quarterly Journal of Economics. - Maio de 1992. - 2 : Vol. 107.

Organização Internacional do Trabalho (OIT) A crise do emprego jovem: Tempo de agir [Relatório]. - Genebra : Bureau Internacional do Trabalho, 2012.

Petenate Marcelo Box Plot: como analisar e interpretar esse gráfico? [Online] // Site da Escola EDTI. - Escola EDTI, 4 de Setembro de 2013. - 8 de maio de 2017. - <http://www.escolaedti.com.br/o-que-e-um-box-plot/>.

Ramos Lauro O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendência, fatos estilizados e padrões espaciais // Texto para discussão nº 1255. - Rio de Janeiro : IPEA, Janeiro de 2007. - p. 43.

Reis Maurício Cortez O mercado de trabalho no Espírito Santo: uma análise para o período 1992-2008 [Seção do Livro] // Espírito Santo: Instituições, Desenvolvimento e Inclusão Social. - Vitória : IJSN, 2009.

Ribeiro da Silva Estefania e Nunes Toscano Victor Juventude e mercado de trabalho // Cadernos da juventude, nº 4. - Vitória : IJSN, 2016. - p. 86.

Rocha Antônio Ricardo Freislebem da A Evolução Intersetorial no Mercado de Trabalho Capixaba e sua Contribuição para a Redução da Informalidade // Nota Técnica nº 32. - Vitória : IJSN, 2012. - p. 18.

Rocha Antônio Ricardo Freislebem da Perfil do trabalho decente no Espírito Santo // Texto para discussão nº 48. - Vitória : IJSN, 2012. - p. 38.

Silva Filho Luís Abel da, Ferreira da Silva Fábio José e Queiroz Silvana Nunes de Jovens no mercado de trabalho formal brasileiro: uma análise quantitativa [Artigo] // Revista Facultad de Ciencias Económicas: Investigación y Reflexión. - Bogotá : [s.n.], julho de 2015. - 2 : Vol. 23. - pp. 21-34.

Solow Robert A contribution to the theory of economic growth [Artigo] // Quarterly Journal of Economics. - Fevereiro de 1956. - 1 : Vol. 70. - pp. 65-94.

Anexo 1- Participação % de jovens no total de vínculos formais em cada microrregião e município – Espírito Santo – 2005, 2010 e 2015

Microrregiões e municípios	2005	2010	2015
Caparaó	35,2	33,7	29,9
Alegre	32,2	29,6	26,6
Bom Jesus do Norte	32,9	29,8	24,5
Divino de São Lourenço	17,5	25,2	24,8
Dores do Rio Preto	40,1	36,8	34,3
Guaçuí	36,0	34,3	30,2
Ibatiba	45,1	43,9	36,7
Ibitirama	30,9	29,9	23,5
Irupi	36,6	36,3	29,4
Lúna	40,9	37,9	34,3
Muniz Freire	30,7	32,2	30,3
São José do Calçado	29,5	26,1	25,4
Central Serrana	40,8	39,0	36,0
Itaguaçu	32,3	30,9	27,5
Itarana	29,4	35,4	33,8
Santa Leopoldina	36,2	28,2	25,9
Santa Maria de Jetibá	53,4	46,7	42,8
Santa Teresa	38,6	36,5	31,9
Central Sul	37,7	36,5	32,0
Apiacá	28,1	27,9	20,5
Atilio Vivacqua	33,8	35,1	32,4
Cachoeiro de Itapemirim	38,6	37,1	32,1
Castelo	37,3	38,6	36,0
Jerônimo Monteiro	33,7	30,6	27,7
Mimoso do Sul	35,3	30,5	27,1
Muqui	26,7	31,2	24,5
Vargem Alta	39,2	37,0	32,6
Centro-Oeste	42,2	39,5	33,3
Alto Rio Novo	30,3	30,4	28,0
Baixo Guandu	38,4	35,9	30,8
Colatina	40,1	38,2	32,3
Governador Lindenberg	43,4	40,2	32,7
Marilândia	52,2	47,9	38,2
Pancas	37,8	34,6	32,9
São Domingos do Norte	44,0	39,3	37,7
São Gabriel da Palha	53,5	46,4	36,3
São Roque do Canaã	40,6	38,0	32,3
Vila Valério	46,0	44,8	39,6

Microrregiões e municípios	2005	2010	2015
Litoral Sul	36,7	35,2	28,4
Alfredo Chaves	41,5	36,8	30,8
Anchieta	32,7	35,8	27,2
Iconha	39,6	38,7	28,6
Itapemirim	39,4	31,6	24,8
Marataízes	38,1	37,1	33,4
Piúma	33,3	33,6	32,1
Presidente Kennedy	26,5	30,2	21,6
Rio Novo do Sul	38,7	34,9	30,9
Metropolitana	37,1	35,6	30,1
Cariacica	43,7	39,3	33,2
Fundão	41,2	34,7	30,2
Guarapari	40,3	37,9	32,4
Serra	40,1	38,1	31,9
Viana	36,6	36,5	30,6
Vila Velha	42,4	39,1	33,9
Vitória	32,2	31,8	26,1
Nordeste	40,0	35,4	30,2
Boa Esperança	36,7	31,7	31,2
Conceição da Barra	38,6	33,4	26,2
Jaguare	44,5	37,9	34,2

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – MT
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Anexo 2- Número de vínculos formais nas microrregiões e municípios e participação no total de vínculos – Espírito Santo – 2005, 2010 e 2015

	2005		2010		2015	
	Nº de vínculos	Part. %	Nº de vínculos	Part. %	Nº de vínculos	Part. %
Caparaó	9.788	2,0%	12.450	2,0%	12.816	2,2%
Alegre	1.852	0,4%	2.276	0,4%	2.220	0,4%
Bom Jesus do Norte	670	0,1%	652	0,1%	622	0,1%
Divino de São Lourenço	86	0,0%	160	0,0%	230	0,0%
Dores do Rio Preto	432	0,1%	476	0,1%	498	0,1%
Guaçuí	2.146	0,4%	2.886	0,5%	3.022	0,5%
Ibatiba	836	0,2%	1.488	0,2%	1.556	0,3%
Ibitirama	312	0,1%	446	0,1%	336	0,1%
Irupi	438	0,1%	694	0,1%	626	0,1%
Iúna	1.792	0,4%	1.934	0,3%	2.012	0,4%
Muniz Freire	698	0,1%	968	0,2%	1.118	0,2%
São José do Calçado	526	0,1%	470	0,1%	576	0,1%
Central Serrana	6.434	1,3%	9.526	1,5%	11.196	2,0%
Itaguaçu	760	0,2%	930	0,1%	824	0,1%
Itarana	348	0,1%	660	0,1%	1.054	0,2%
Santa Leopoldina	652	0,1%	508	0,1%	600	0,1%
Santa Maria de Jetibá	2.344	0,5%	4.408	0,7%	5.836	1,0%
Santa Teresa	2.330	0,5%	3.020	0,5%	2.882	0,5%
Central Sul	36.624	7,3%	45.828	7,3%	44.032	7,7%
Apiacá	336	0,1%	422	0,1%	300	0,1%
Atilio Vivacqua	1.214	0,2%	1.666	0,3%	1.828	0,3%
Cachoeiro de Itapemirim	27.090	5,4%	33.148	5,3%	31.742	5,5%
Castelo	2.980	0,6%	4.984	0,8%	5.070	0,9%
Jerônimo Monteiro	626	0,1%	660	0,1%	594	0,1%
Mimoso do Sul	1.980	0,4%	1.722	0,3%	1.592	0,3%
Muqui	466	0,1%	874	0,1%	688	0,1%
Vargem Alta	1.932	0,4%	2.352	0,4%	2.218	0,4%
Centro-Oeste	35.596	7,1%	41.782	6,7%	37.804	6,6%
Alto Rio Novo	320	0,1%	488	0,1%	408	0,1%
Baixo Guandu	2.628	0,5%	3.192	0,5%	2.908	0,5%
Colatina	21.002	4,2%	24.356	3,9%	21.748	3,8%
Governador Lindenberg	588	0,1%	772	0,1%	702	0,1%
Marilândia	1.152	0,2%	1.392	0,2%	1.506	0,3%
Pancas	884	0,2%	968	0,2%	1.120	0,2%
São Domingos do Norte	758	0,2%	768	0,1%	928	0,2%
São Gabriel da Palha	6.302	1,3%	7.222	1,2%	5.642	1,0%
São Roque do Canaã	1.214	0,2%	1.488	0,2%	1.332	0,2%
Vila Valério	748	0,1%	1.136	0,2%	1.510	0,3%

	2005		2010		2015	
	Nº de vínculos	Part. %	Nº de vínculos	Part. %	Nº de vínculos	Part. %
Litoral Sul	12.808	2,6%	18.496	3,0%	19.380	3,4%
Alfredo Chaves	1.190	0,2%	1.682	0,3%	1.744	0,3%
Anchieta	2.778	0,6%	4.704	0,8%	4.402	0,8%
Iconha	2.272	0,5%	3.132	0,5%	2.600	0,5%
Itapemirim	2.328	0,5%	3.142	0,5%	3.112	0,5%
Maratáizes	1.794	0,4%	2.532	0,4%	3.494	0,6%
Piúma	968	0,2%	1.388	0,2%	1.892	0,3%
Presidente Kennedy	408	0,1%	924	0,1%	1.114	0,2%
Rio Novo do Sul	1.070	0,2%	992	0,2%	1.022	0,2%
Metropolitana	299.468	59,8%	378.936	60,7%	332.920	58,0%
Cariacica	32.034	6,4%	41.066	6,6%	36.152	6,3%
Fundão	3.540	0,7%	3.002	0,5%	2.118	0,4%
Guarapari	12.058	2,4%	15.132	2,4%	14.650	2,6%
Serra	69.598	13,9%	88.698	14,2%	84.462	14,7%
Viana	6.512	1,3%	7.820	1,3%	9.214	1,6%
Vila Velha	57.860	11,6%	75.436	12,1%	69.354	12,1%
Vitória	117.866	23,5%	147.782	23,7%	116.970	20,4%
Nordeste	26.886	5,4%	28.262	4,5%	26.446	4,6%
Boa Esperança	1.356	0,3%	922	0,1%	1.076	0,2%
Conceição da Barra	3.958	0,8%	2.856	0,5%	2.758	0,5%
Jaguare	2.416	0,5%	2.388	0,4%	2.774	0,5%

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – MT
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN

Anexo 3- Remuneração média real mensal dos jovens nas microrregiões e municípios
Espírito Santo – 2005, 2010 e 2015

Microrregiões e municípios	2005	2010	2015
Caparaó	864,58	1.088,72	1.198,24
Alegre	865,08	1.071,16	1.182,51
Bom Jesus do Norte	837,29	1.010,91	1.147,45
Divino de São Lourenço	894,90	1.247,58	1.152,52
Dores do Rio Preto	912,34	1.040,35	1.242,50
Guaçuí	812,50	1.019,82	1.153,12
Ibatiba	876,31	1.077,91	1.368,10
Ibitirama	1.015,15	1.342,66	1.195,03
Irupi	1.070,74	1.230,19	1.242,13
Lúna	859,53	1.119,35	1.191,68
Muniz Freire	849,41	1.142,83	1.168,45
São José do Calçado	823,64	1.046,54	1.106,44
Central Serrana	888,68	1.159,10	1.316,66
Itaguaçu	907,26	1.233,85	1.271,51
Itarana	837,35	1.159,01	1.262,25
Santa Leopoldina	940,35	1.212,46	1.292,05
Santa Maria de Jetibá	865,97	1.157,85	1.311,94
Santa Teresa	898,68	1.128,94	1.364,16
Central Sul	1.018,09	1.255,99	1.403,69
Apiacá	698,30	1.106,71	1.140,46
Atilio Vivacqua	985,74	1.272,77	1.367,91
Cachoeiro de Itapemirim	1.035,51	1.283,05	1.441,68
Castelo	960,61	1.134,12	1.261,96
Jerônimo Monteiro	878,78	1.136,23	1.227,78
Mimoso do Sul	925,78	1.165,87	1.310,44
Muqui	800,75	1.113,87	1.201,47
Vargem Alta	1.130,50	1.300,24	1.425,93
Centro-Oeste	883,41	1.171,05	1.331,86
Alto Rio Novo	1.022,92	1.170,65	1.223,66
Baixo Guandu	905,38	1.139,88	1.270,01
Colatina	903,37	1.221,14	1.395,53
Governador Lindenberg	1.030,75	1.278,78	1.299,94
Marilândia	729,34	968,04	1.216,84
Pancas	1.101,20	1.188,12	1.179,03
São Domingos do Norte	952,31	1.297,81	1.592,48
São Gabriel da Palha	757,47	1.016,72	1.193,92
São Roque do Canaã	916,88	1.184,64	1.188,04
Vila Valério	987,19	1.223,72	1.288,19

Microrregiões e municípios	2005	2010	2015
Litoral Sul	1.076,96	1.418,41	1.581,57
Alfredo Chaves	940,11	1.280,43	1.396,91
Anchieta	1.551,74	1.992,79	2.033,06
Iconha	1.036,69	1.258,19	1.309,29
Itapemirim	886,20	1.171,41	1.565,24
Maratáizes	867,13	1.124,87	1.496,97
Piúma	889,67	1.104,07	1.404,50
Presidente Kennedy	972,64	1.615,69	1.520,46
Rio Novo do Sul	1.058,05	1.222,14	1.378,01
Metropolitana	1.236,85	1.582,21	1.669,09
Cariacica	1.056,95	1.314,74	1.420,57
Fundão	1.449,77	1.310,39	1.468,05
Guarapari	864,21	1.132,58	1.318,18
Serra	1.295,59	1.571,48	1.624,96
Viana	1.090,40	1.372,38	1.443,45
Vila Velha	1.035,45	1.307,25	1.420,42
Vitória	1.389,75	1.866,00	1.990,56
Nordeste	929,04	1.264,58	1.373,86
Boa Esperança	884,45	1.096,92	1.276,42
Conceição da Barra	915,34	1.423,79	1.488,34
Jaguaré	934,50	1.093,54	1.292,85

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) – MT
Elaboração: Coordenação de Estudos Econômicos – CEE/IJSN



www.ijsn.es.gov.br



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Economia e Planejamento